

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

**Visita às mulheres
grávidas e lactantes
privadas de liberdade**



RELATÓRIO ESTATÍSTICO

**Visita às mulheres
grávidas e lactantes
privadas de liberdade**



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha
Corregedor Nacional de Justiça: Ministro João Otávio de Noronha
Conselheiros: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga
Maria Iracema Martins do Vale
Márcio Schiefler Fontes
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Valtércio Ronaldo de Oliveira
Francisco Luciano de Azevedo Frota
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
André Luis Guimarães Godinho
Valdetário Andrade Monteiro
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Júlio Ferreira de Andrade
Diretor-Geral: Julhiana Miranda Melloh Almeida

Realização: Andremara dos Santos
Luisa Helena Lemos da Cruz
Colaboração: Jaul Ramalho de Castro
Filipe Pereira da Silva
Pamella Sada Dias Edokawa

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social
Secretário de Comunicação Social Luiz Cláudio Cunha
Projeto gráfico Eron Castro

2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, Brasília-DF
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

Apresentação	7
Lugares e estabelecimentos penais visitados	8
Quadro sintético das visitas do CNJ a estabelecimentos que custodiam presas grávidas e lactantes	9
Panorama geral dos estabelecimentos penais visitados	11
Detalhamentos	13
1. Destinação dos estabelecimentos visitados, de acordo com a situação processual.	13
2. Condições de funcionamento do estabelecimento penal	14
3. Condições gerais de conservação do estabelecimento penal visitado	14
4 Destinação dos estabelecimentos penais de acordo com a condição de gênero	15
5 Acompanhamento médico à mulher grávida, especialmente no pré-natal e no pós-parto	17
6 Assistência psicológica às gestantes e às mães custodiadas no estabelecimento visitado, no período pré e pós-natal	17
7 Berçário e Seção para gestante e parturiente	18
8 Partos das gestantes custodiadas no estabelecimento visitado	19
9 Registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do nascimento das crianças cujas mães estão custodiadas no estabelecimento penal visitado	20
10 Crianças vivendo com suas mães no interior do estabelecimento visitado	22
11 Cumprimento da exigência do art. 89 da Lei 7.210/84, em relação à existência de creche para abrigar crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos desassistidas e desamparadas cuja responsável esteja presa.	23
12 Comunicação imediata do nascimento de criança cuja mãe esteja privada de liberdade, à autoridade de execução penal e da infância e da juventude competentes.	23
13 Destino das crianças cujas mães estão custodiadas no estabelecimento visitado, depois do período da amamentação	25
14 Presença de profissionais de saúde, assistentes sociais, psicólogos	26
15 Lotação dos estabelecimentos prisionais	32
16 Presença de agentes penitenciários do sexo feminino	33
17 Assistência jurídica gratuita prestada no estabelecimento penal	34
Particularidades observadas durante as visitas	35



Apresentação

O Conselho Nacional de Justiça apresenta neste relatório estatístico dados e informações obtidos nas visitas realizadas a estabelecimentos penais para a verificação das condições de custódia das mulheres grávidas e lactantes privadas de liberdade e dos filhos destas que se encontravam no interior das unidades prisionais visitadas.

Foram percorridas 26 Unidades da Federação, totalizando a realização de visitas a 34 estabelecimentos penais no período de janeiro a maio de 2018, em 26 Unidades da Federação. O único Estado não visitado pela equipe do CNJ foi o Amapá, pois não havia presas grávidas ou lactantes até o encerramento do trabalho.

As visitas também objetivaram validar os dados apresentados pelos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário dos Estados (GMF) por meio do Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, implementado em outubro de 2017. Os dados disponíveis no Cadastro sobre informações pessoais e situação processual das presas grávidas e lactantes permitem que o Judiciário conheça e acompanhe, continuamente, a situação dessas mulheres encarceradas.

O critério de seleção dos estabelecimentos visitados foi a existência do maior quantitativo de presas em período de gestação e em fase de amamentação. Em 7 estados, mais de um estabelecimento recebeu a visita do CNJ devido à disponibilidade de tempo na localidade e à proximidade de outros estabelecimentos com a unidade selecionada por ter o maior número de presas grávidas e/ou lactantes no estado.

Ressalta-se que o trabalho do CNJ se destinou a verificar as condições de custódia de mulheres gestantes e lactantes e, por isso, este relatório não apresenta um retrato minucioso dos estabelecimentos visitados. Entretanto, todas as informações colhidas nas unidades por meio de documentos, observação, fotos, informações da direção dos estabelecimentos e das mulheres entrevistadas, estão aqui reproduzidas e registradas.

Durante as visitas foram registradas as características dos estabelecimento penais e a condição das mulheres presas grávidas e lactantes em relação à maternidade, à adequação dos estabelecimentos à sua condição de gênero, à oferta de assistência médica e psicológica, à presença de crianças no presídio, à equipe de profissionais de saúde (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, dentistas e auxiliares de dentistas) existente, assistentes sociais, psicólogos e agentes penitenciários.

Estes registros, obtidos por meio de um questionário estruturado, alimentaram um formulário eletrônico de onde foram extraídos os gráficos e as informações que integram este relatório.

Lugares e estabelecimentos penais visitados

Estado	Quantidade de presídios visitados
Acre	1
Alagoas	1
Amazonas	1
Bahia	2
Ceará	1
Distrito Federal	1
Espírito Santo	1
Goiás	2
Maranhão	1
Mato Grosso	1
Mato Grosso do Sul	2
Minas Gerais	1
Pará	1
Paraíba	1
Paraná	2
Pernambuco	1
Piauí	1
Rio de Janeiro	2
Rio Grande do Norte	2
Rio Grande do Sul	1
Rondônia	1
Roraima	1
Santa Catarina	1
São Paulo	3
Sergipe	1
Tocantins	1
Total Geral	34

Quadro sintético das visitas do CNJ a estabelecimentos que custodiam presas grávidas e lactantes

UF	Data da visita	Estabelecimentos visitados	Gestantes	Lactantes	Gestantes + Lactantes	Crianças	Idade criança maior	Unidade Materno-Infantil	Crianças em celas com as mães
MG	25/jan	Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade	23	31	54	31		SIM	NÃO
GO	30/jan	Penitenciária Feminina Consuelo Nasser	1	1	2	1		NÃO	SIM
	30/jan	Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia	7	1	8	1		NÃO	SIM
RN	01/jan	Centro de Detenção Provisoria da Parnamirim	3	0	3	0		NÃO	NÃO*
	02/jan	Complexo Penal João Chaves	0	0	0	0		NÃO	NÃO*
BA	03/fev	Conjunto Penal de Feira de Santana	1	2	3	2	9 meses	SIM	NÃO
	03/fev	Conjunto Penal Feminino de Salvador	0	0	0	0		NÃO	NÃO*
AL	05/fev	Presídio Feminino Santa Luzia	4	4	8	5		SIM	NÃO
MA	06/fev	Penitenciária Feminina de Pedrinhas	2	4	6	4	8 meses	SIM	NÃO
CE	07/fev	Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa	23	16	39	16	1 ano e 1 mês	SIM	NÃO
SE	08/fev	Presídio Feminino em Nossa Senhora do Socorro	11	3	14	3	8 meses	SIM	NÃO
PA	09/fev	Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua - Unidade Materno Infantil	8	12	20	13	11 meses	SIM	NÃO
PI	10/fev	Penitenciária Feminina de Teresina (identificado no local como Estabelecimento Penal Feminino de Teresina)	3	0	3	0		NÃO	NÃO*
SP	15/fev	Penitenciária Feminina de Santana	10	0	10	0		NÃO	NÃO*
	15/fev	Penitenciária Feminina da Capital	13	40	53	43	10 meses	SIM	NÃO
	16/fev	Penitenciária Feminina Dra. Marina Cardoso de Oliveira do Butantan	12	9	21	9	6 meses	SIM	NÃO
ES	17/fev	Penitenciária Feminina de Cariacica	6	7	13	7	8 meses	SIM	NÃO
DF	19/fev	Penitenciária Feminina do Distrito Federal	10	9	19	9	7 meses	SIM ¹	NÃO**
SC	21/fev	Presídio Regional de Itajaí	4	3	7	3	9 meses	SIM	NÃO

UF	Data da visita	Estabelecimentos visitados	Gestantes	Lactantes	Gestantes + Lactantes	Crianças	Idade criança maior	Unidade Materno-Infantil	Crianças em celas com as mães
MS	22/fev	Estabelecimento Penal Feminino Irmã Zorzi	6	2	8	2	8 meses	SIM ²	SIM
	22/fev	Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto e Aberto de Campo Grande	1	0	1	0		NÃO	NÃO*
PE	23/fev	Colônia Penal Feminina do Recife	9	7	16	7	1 ano e 3 meses	SIM	NÃO
RJ	05/mar	Penitenciária Talavera Bruce	22	0	22	0		NÃO	NÃO
	05/mar	Unidade Materno Infantil	0	13	13	13	1 ano e 1 mês	SIM	NÃO
PB	11/abr	Centro de Reeducação Feminino ³	1	0	1	0		SIM	NÃO
TO	12/abr	Unidade prisional feminina (Babaçulândia)	1	0	1	0		NÃO	NÃO*
PR	19/abr	Penitenciária Feminina do Paraná ⁴	6	7	13	7	6 meses	SIM	SIM
		Complexo Médico Penal	6	0	6	0		NÃO	NÃO*
RS	20/abr	Penitenciária Feminina Madre Pelletier	6	5	11	5	1 ano e 2 meses	SIM	NÃO
AC	23/abr	Unidade Penitenciária Feminina de Rio Branco ⁵	3	0	3	0		NÃO	NÃO*
RO	24/abr	Centro de Ressocialização Suely Maria Mendonça	2	0	2	0		SIM	NÃO***
RR	25/abr	Cadeia Pública Feminina de Boa Vista	2	0	2	0		NÃO	NÃO*
AM	26/abr	Centro de Detenção Provisório Feminino ⁶	5	0	5	0		SIM	NÃO*
MT	04/mai	Centro de Ressocialização Feminino de Rondonópolis	1	0	1	0		NÃO	NÃO*
TOTAL									
26****		33	212	176	388	181		20 UMIs	4 + 12*****

¹UMI em estado precário, com alimentação inadequada e com problemas, além de mobiliada pela Vara de Execuções Penais.

² as crianças ficam separadas das mães durante o dia, sendo cuidadas por outras presas no berçário. À noite, são recolhidas para dormirem com as mães nas celas.

³ A unidade, durante a visita, contava com mais uma mulher com suspeita de gravidez.

⁴ As crianças ficam na unidade materno infantil com as mães durante o dia. À noite, são recolhidas para dormirem com as mães nas celas.

⁵ A unidade, durante a visita, contava com mais três mulheres com suspeita de gravidez. Duas esperam a realização de exame e uma realizou exame particular que ainda seria entregue à direção do estabelecimento penal.

⁶ A unidade é administrada por meio de parceria público-privada. Entretanto, conta com assistência médica deficiente, prestada somente por dois profissionais - um clínico geral e um psiquiatra - com carga horária semanal de 10 horas.

***As lactantes estão em prisão domiciliar. Se estivessem presas as crianças estariam com elas nas celas.**

**** As gestantes e lactantes embora estejam em uma ala separada, fora das celas comuns, estão em um ambiente com presas idosas e doentes.**

***** O espaço reservado aos berçários, recentemente inaugurado, embora vazio no momento da visita, ainda conta com as portas de ferro das celas originais.**

****** Não houve visita ao Estado do Amapá, porque o GMF informou que desde o mês de outubro de 2017 não há mulheres grávidas ou lactantes no sistema prisional.**

******* Há 4 lugares onde as crianças dormem com as mães nas celas, mas há 12 estabelecimentos em que só não há crianças nesta condição porque as mães estão em prisão domiciliar, porque não há estrutura diferenciada para abrigar presas gestantes, lactantes e seus lactantes.**

Panorama geral dos estabelecimentos penais visitados

- Das 34 unidades prisionais visitadas, 26 possuem regime fechado (76,5%), 10 têm regime semiaberto (29,4%), 2 têm regime aberto (5,9%) e 18 têm prisão provisória (29,4%). Há presídios com até três tipos de regime.
- Em sua maioria, os estabelecimentos prisionais estão em pleno funcionamento (85,29%), com apenas 3 interditados parcialmente (8,82%) e 2 sem informações disponíveis (5,88%).
- Mais de 75% dos estabelecimentos apresentaram condições gerais de conservação inadequadas (26 estabelecimentos - 76,47%).
- 30 estabelecimentos são destinados exclusivamente às mulheres (88,24%). Destes, 25 (83,33%) possuem a segurança das dependências internas exclusivamente feita por agentes femininos.
- 28 (82,35%) estabelecimentos não estão adequados à condição pessoal de mulheres.
- Todos os 34 estabelecimentos visitados asseguram acompanhamento médico à mulher grávida, especialmente no pré-natal e pós-parto.
- Havia 212 mulheres grávidas e 176 lactantes nestes estabelecimentos, representando, respectivamente, 1,28% e 1,06% do total de mulheres nos locais visitados.
- Havia 181 lactentes vivendo com as mães em 19 dos estabelecimentos visitados. A disparidade entre o número de crianças em relação ao número de mães deve-se à existência de 3 pares de gêmeos na Penitenciária Feminina da Capital (SP), 1 no Presídio Feminino Santa Luzia (AL) e 1 no Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua (PA).
- Na maioria dos estabelecimentos, foi declarada a existência de acompanhamento psicológico da mulher grávida (27 estabelecimentos – 79,41%).
- Mais da metade (20 – 58,82%) dos estabelecimentos possui berçário.
- Pouco mais da metade (18 - 52,94%) possui seção para gestante e parturiente.
- Todos os partos são realizados em hospitais públicos fora dos estabelecimentos prisionais.
- 20,6% dos estabelecimentos não assegura o cumprimento da Lei 13.434/2017, que veda o uso de algemas durante o parto e durante a fase de puerpério imediato
- 14,71% (5 estabelecimentos) não faz o registro imediato dos filhos das mães custodiadas no estabelecimento penal. Foram encontradas 33 crianças sem registro de nascimento.

- Dentre os respondentes, 9 estabelecimentos (50%) permitem que a criança permaneça no local até os seis meses, 5 (27,78%) entre 9 e 12 meses, 2 (11,11%) entre 13 e 18 meses e 2 (11,11%) até os 24 meses. Os que não responderam não têm crianças no seu interior ou porque após o parto as mães são transferidas para outra unidade ou porque são colocadas em prisão domiciliar.
- Nenhum estabelecimento visitado é dotado de creche para abrigar crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos desassistidas e desamparadas cuja responsável esteja presa.
- 9 estabelecimentos (26,47%) não comunicam imediatamente nem ao Juizado e nem ao Conselho Tutelar o nascimento das crianças cujas mães estão custodiadas no estabelecimento penal visitado.
- Depois do período de amamentação, 92,3% dos estabelecimentos entregam as crianças à família de um dos genitores
- Dos 34 estabelecimentos visitados, 85,29% possuem médicos, 64,71% possuem enfermeiros, 67,65% possuem técnicos de enfermagem, 82,35% possuem assistentes sociais, 76,47% possuem psicólogos, 50,00% possuem dentistas e 14,71% auxiliares de dentistas.
- Apenas 12 (35,29%) dos presídios estão com a lotação dentro da capacidade projetada. Há 4 presídios que extrapolam mais do que o dobro da sua capacidade.
- Na maioria dos estabelecimentos, os agentes penitenciários são predominantemente do sexo feminino.
- 23 estabelecimentos (67,6%) têm assistência jurídica gratuita prestada no estabelecimento prisional pela Defensoria Pública. Em 2 (5,88%), a assistência é prestada por agentes penitenciários.
- Levantamento parcial realizado das informações prestadas pelas 388 mulheres ouvidas durante as visitas, registrou que aquelas mulheres, além das crianças que estavam consigo ou dos quais estavam grávidas, são mães de, pelo menos, outros 638 filhos, em sua maioria crianças e adolescentes que estão sob os cuidados da avó materna, e, em raramente, do pai, da avó paterna ou outros familiares

Detalhamentos

1. Destinação dos estabelecimentos visitados, de acordo com a situação processual.

Das 34 unidades prisionais visitadas, 26 estão destinadas ao cumprimento de pena em regime fechado (76,5%), 10 em regime semiaberto (29,4%), 2 em regime aberto (5,9%) e 18 destinam-se a pessoas em prisão provisória (29,4%).

13 presídios possuem apenas um tipo de regime: 7 (20,6%) regime fechado, 1 (2,9%) regime semiaberto e 5 (14,7%) prisão provisórias.

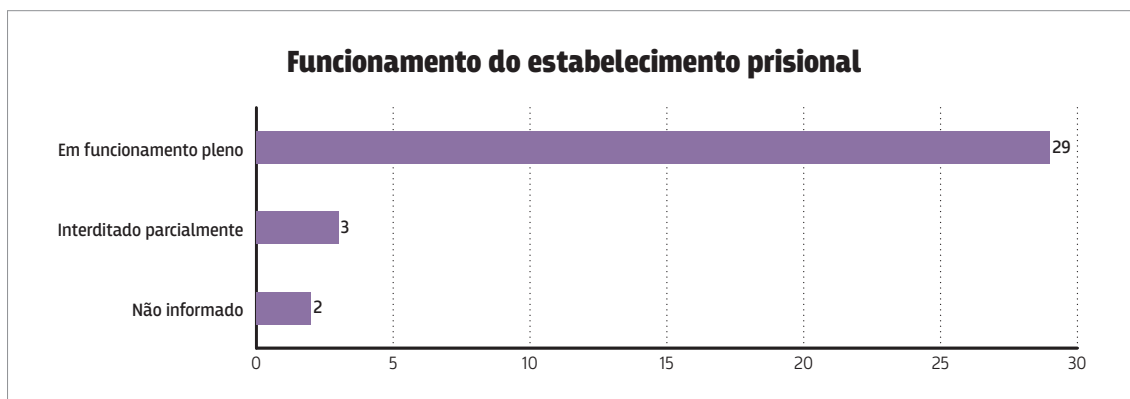
13 estabelecimentos destinam-se a dois tipos de regime: 1 (2,9%) regime fechado e semiaberto; 2 (5,9%) regime aberto e semiaberto; e 10 (29,4%) prisão provisória e regime fechado.

Apenas um presídio (2,9%) possui três tipos de regime: fechado, semiaberto e prisão provisória.

Destinação dos estabelecimentos	Quantidade	%
Regime fechado	7	20,6%
Regime fechado e semiaberto	1	2,9%
Regime semiaberto	1	2,9%
Regime aberto e semiaberto	2	5,9%
Prisão provisória	5	14,7%
Prisão provisória, regime fechado e semiaberto	8	23,5%
Prisão provisória e regime fechado	10	29,4%
Total Geral	34	100,0%

2. Condições de funcionamento do estabelecimento penal

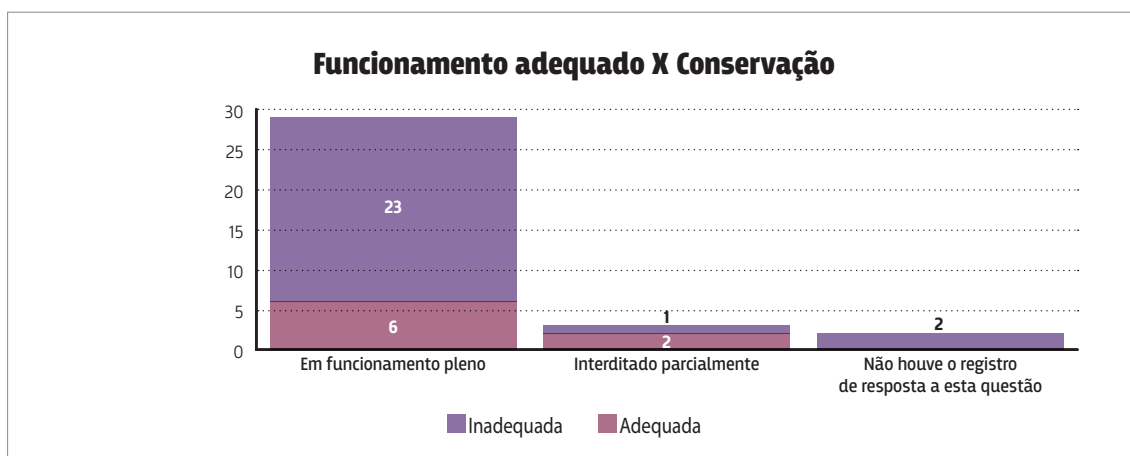
Em sua maioria, os estabelecimentos prisionais estão em pleno funcionamento (85,29%), com apenas 3 interditados parcialmente (8,82%) e 2 sem informações registradas (5,88%).



3. Condições gerais de conservação do estabelecimento penal visitado

Mais de 75% dos estabelecimentos apresentaram condições gerais de conservação inadequadas (26 estabelecimentos - 76,47%).

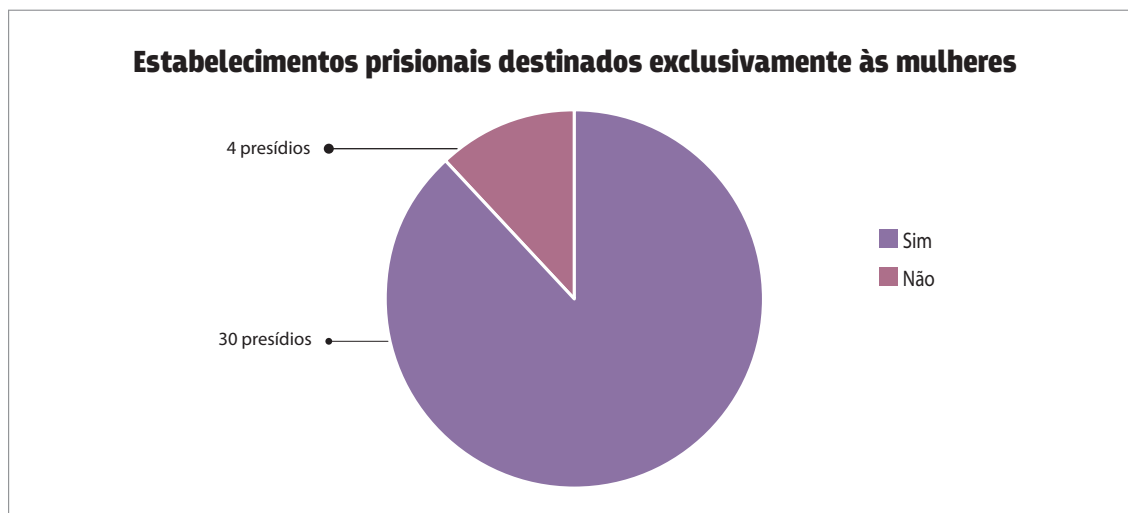
Analisando em conjunto as informações de funcionamento adequado e conservação, observamos que dentre os 29 estabelecimentos que estão em pleno funcionamento, 23 (79,3%) estão com condições gerais de conservação inadequada.



4 Destinação dos estabelecimentos penais de acordo com a condição de gênero

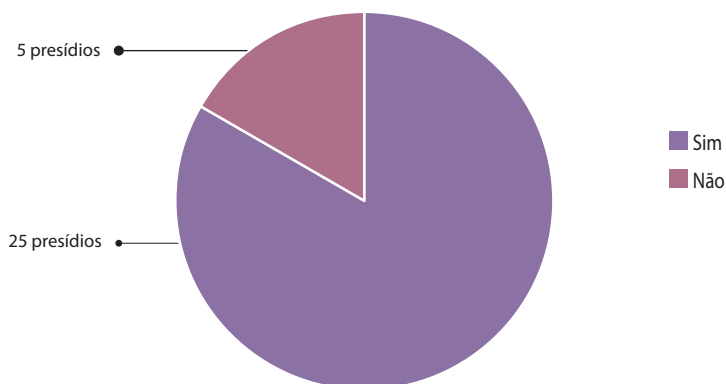
30 estabelecimentos são destinados exclusivamente às mulheres (88,24%). Nos 4 estabelecimentos mistos (não exclusivos para mulheres), 2 mantêm mulheres e homens em alas separadas, 1 mantém mulheres e homens em alas separadas e pacientes judiciários de ambos os sexos e 1 mantém mulheres e homens em alas separadas e pacientes judiciários apenas do sexo feminino.

Estabelecimento Penal		Qtd de presídios
Misto (homens e mulheres)	Alas separadas	2W
	Alas separadas e pacientes judiciários do sexo feminino	1
	Alas separadas e pacientes judiciários de ambos os sexos	1
Somente mulheres		30
Total Geral		34



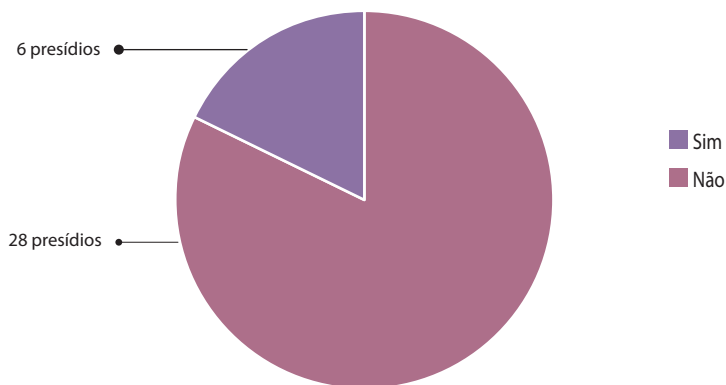
Dos 30 estabelecimentos destinados exclusivamente às mulheres, 25 (83,33%) possuem a segurança das dependências internas exclusivamente feita por agentes femininos.

Estabelecimentos exclusivamente destinados a mulheres cuja segurança é realizada por agentes femininos



28 dos 34 estabelecimentos visitados (82,35%) não estão adequados à condição pessoal de mulheres.

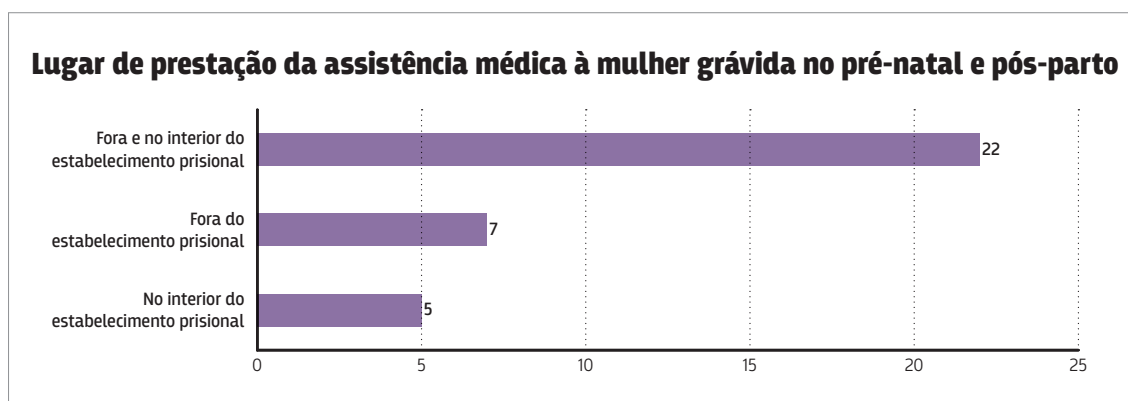
Estabelecimentos penais adequados à condição pessoal feminina



5 Acompanhamento médico à mulher grávida, especialmente no pré-natal e no pós-parto

Todos os 34 estabelecimentos visitados asseguram acompanhamento médico à mulher grávida, especialmente no pré-natal e pós-parto. A maior parte dos estabelecimentos (22 – 64,71%) fornece assistência tanto fora quanto no interior do local, 7 (20,58%) prestam assistência exclusivamente fora do estabelecimento e 5 (14,71%) prestam exclusivamente no interior.

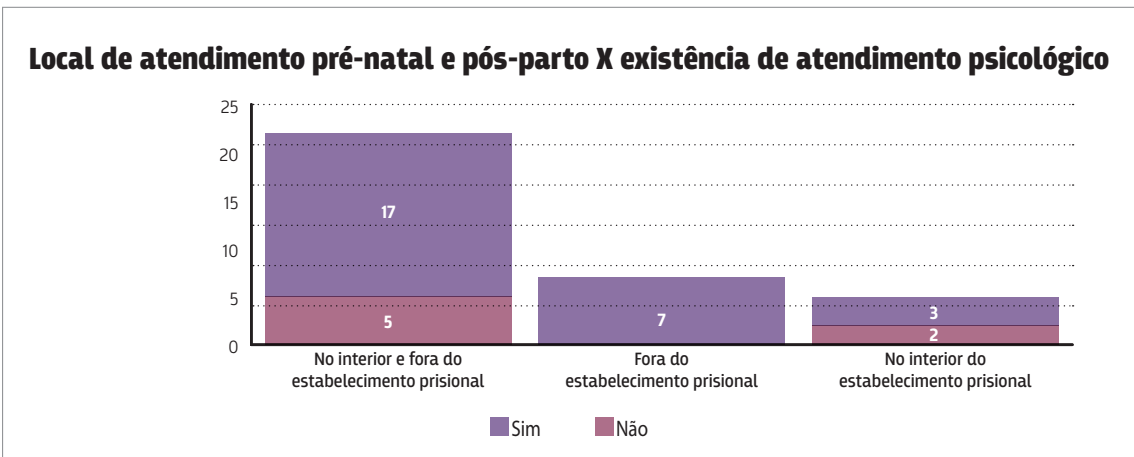
Há 212 mulheres grávidas e 179 lactantes nestes estabelecimentos.



6 Assistência psicológica às gestantes e às mães custodiadas no estabelecimento visitado, no período pré e pós-natal

Na maioria dos estabelecimentos existe o acompanhamento psicológico da mulher grávida (27 estabelecimentos – 79,41%).

Em todos os estabelecimentos visitados cujo atendimento é feito fora do próprio local, o atendimento psicológico à mulher grávida é garantido. Já nos estabelecimentos cujo local de atendimento é feito tanto dentro quanto fora do presídio, 5 dos 22 não fornecem acompanhamento psicológico. Já nos que prestam atendimento somente no interior, pouco mais da metade possui o atendimento psicológico.

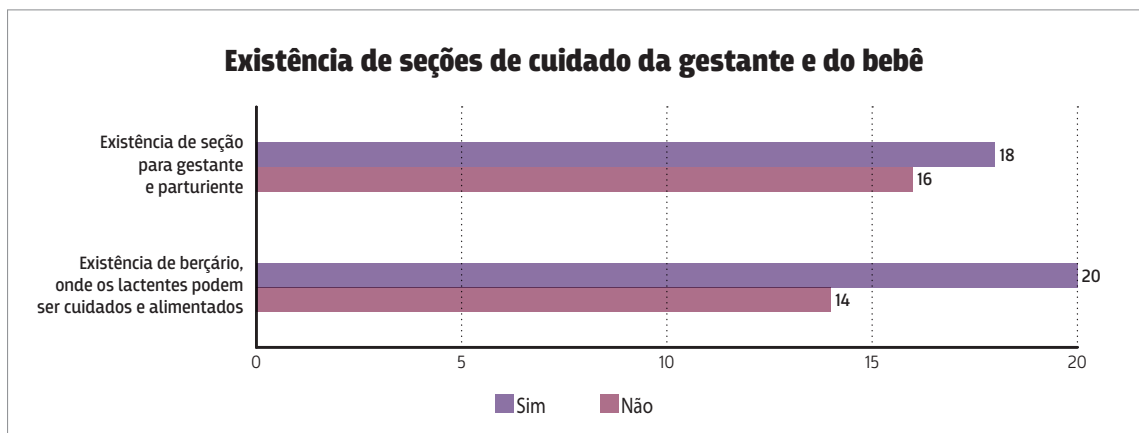


O atendimento psicológico é comum quando o estabelecimento presta acompanhamento pré e pós-parto fora do estabelecimento prisional.

7 Berçário e Seção para gestante e parturiente

Mais da metade (20 – 58,82%) dos estabelecimentos possui berçário, onde os lactentes podem ser cuidados e alimentados.

Pouco mais da metade (18 - 52,94%) possuem seção para gestante e parturiente.

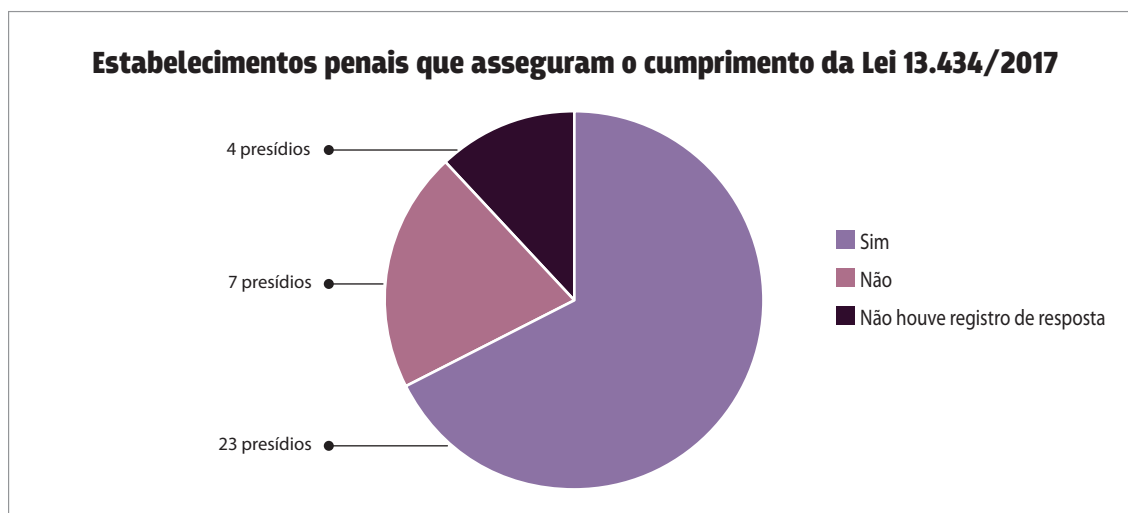


8 Partos das gestantes custodiadas no estabelecimento visitado

Todos os partos são realizados em hospitais públicos fora do estabelecimento prisional.

20,6% dos estabelecimentos visitados não asseguram o cumprimento da Lei 13.434/2017 (que veda o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato).

Assegura o cumprimento da Lei 13.434/2017	Qtd de presídios
Não	7
Sim	23
Não houve registro de resposta.	4
Total Geral	34



Estabelecimentos que declararam não assegurar o cumprimento da Lei 13.434/2017, por algum motivo:

- ✱ Cadeia Pública Feminina de Boa Vista - RR
- ✱ Centro de Ressocialização Suely Maria Mendonça - RO
- ✱ Complexo Médico Penal - PR
- ✱ Conjunto Penal Feminino Consuelo Nasser - GO
- ✱ Penitenciária Feminina do Distrito Federal - DF
- ✱ Unidade Penitenciária Feminina de Rio Branco - AC
- ✱ Unidade Prisional Feminina - TO

Estabelecimentos que não informaram:

- ✿ Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia
- ✿ Centro de Detenção Provisória Feminino de Parnamirim
- ✿ Complexo Penal Feminino João Chaves
- ✿ Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade

9 Registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do nascimento das crianças cujas mães estão custodiadas no estabelecimento penal visitado

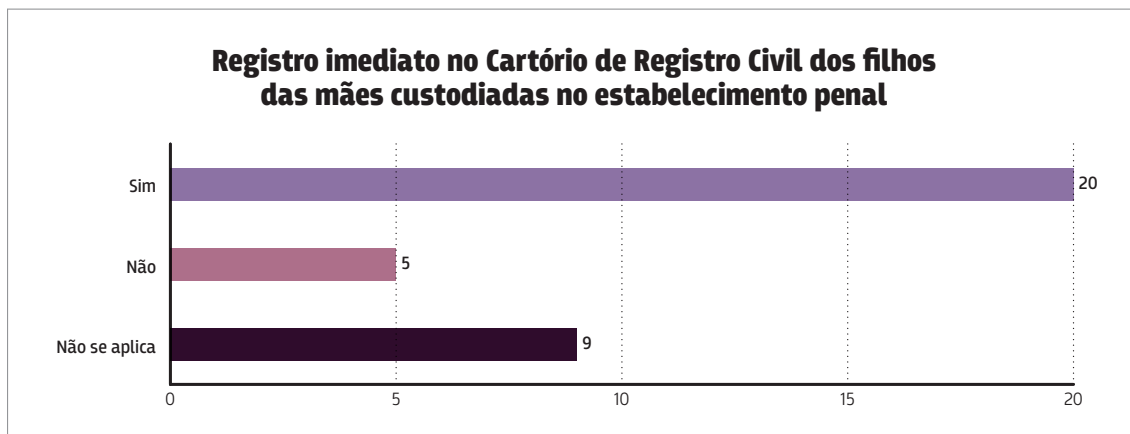
Em 58,82% (20) dos estabelecimentos foi respondido que o registro dos filhos das mulheres ali custodiadas, nascidos durante a custódia, é imediatamente realizado após o nascimento. 14,71% respondeu que não fazem o registro imediato e 26,47% informou que esta pergunta não se aplica à sua situação, por não custodiarem mulheres lactantes há muito tempo.

Dentre os 5 que responderam que não fazem o registro, as justificativas foram:

- ✿ A Assistente Social informa que as mães se recusam a registrar os filhos sem o nome do pai.
- ✿ As crianças não são registradas na maternidade. O registro demora em torno de 10 dias.
- ✿ As mulheres não deixam as crianças serem registradas na maternidade por causa do pai. Não são registrados na maternidade, mas assim que chegam no estabelecimento.
- ✿ Foi informado que não há cartórios vinculados às unidades (demora-se 2 dias para registrar ou 1 semana em caso de pai preso).
- ✿ O cartório vai até o estabelecimento fazer o registro.

Dentre os 9 que responderam que a pergunta não se aplica, as justificativas foram:

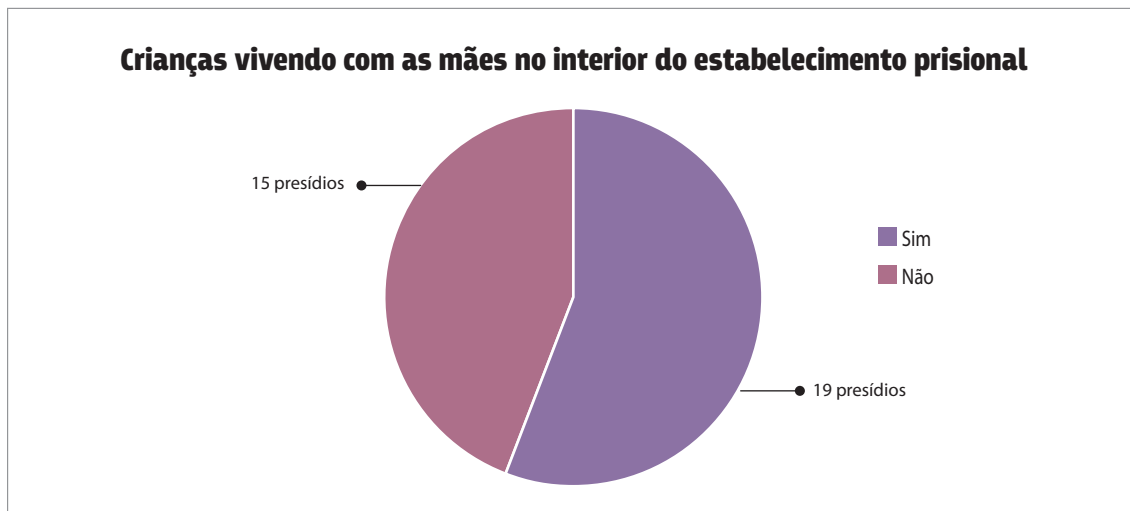
- ✿ Não houve crianças lactentes durante o período (2 presídios).
- ✿ A direção do Centro Médico de Pinhais informou que após o parto, as mulheres retornam a Penitenciária Feminina do Paraná.
- ✿ Após o parto, as mulheres vão para a Unidade Materno Infantil (1 presídio).
- ✿ Após o parto, as mulheres vão para prisão domiciliar (3 presídios).
- ✿ A partir de 7 meses de gestação as mulheres vão para prisão domiciliar (1 presídio).
- ✿ 1 presídio não apresentou justificativa.



Haviam 33 crianças sem registro de nascimento:

- Penitenciária Feminina do Distrito Federal (2) – Obs.: haviam 4 crianças sem vacina.
- Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (11)
- Presídio Feminino do Estado de Sergipe (1)
- Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua (5) – Obs.: havia 1 criança sem vacina.
- Penitenciária Feminina da Capital (14)

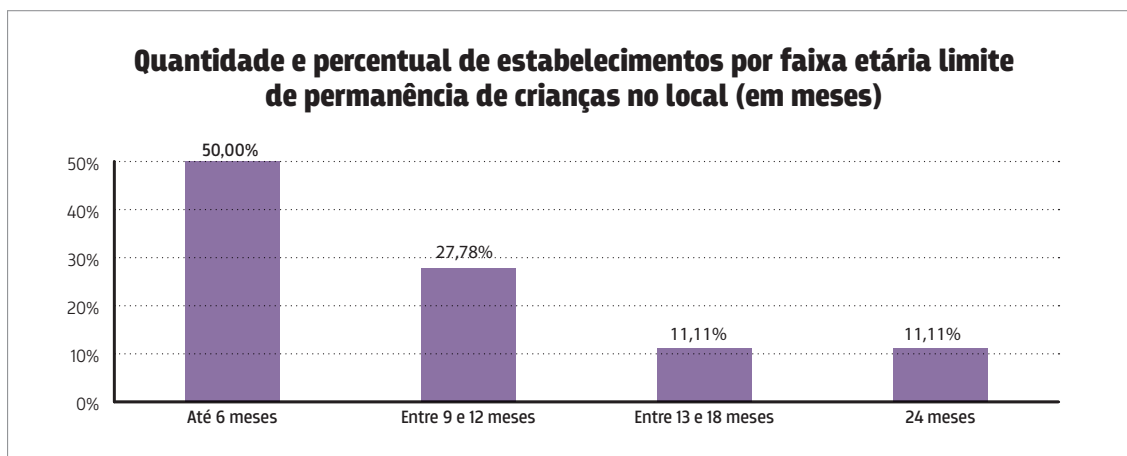
10 Crianças vivendo com suas mães no interior do estabelecimento visitado



Haviam 181 crianças vivendo com as mães no interior do estabelecimento prisional. Nos 19 estabelecimentos onde existiam crianças, o quantitativo varia de 1 a 42:

Estabelecimentos	Quantidade de crianças
Penitenciária Feminina da Capital (SP)	43
Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (MG)	31
Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (CE)	17
Unidade Materno Infantil (RJ)	13
Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua – UMI (PA)	13
Penitenciária Feminina do Distrito Federal (DF)	9
Penitenciária Fem. Dra. Marina Cardoso de Oliveira do Butantã (SP)	9
Colônia Penal Feminina do Recife (PE)	7
Penitenciária Feminina do Paraná (PR)	7
Penitenciária Feminina de Cariacica (ES)	6
Penitenciária Feminina Madre Pelletier (RS)	5
Presídio Feminino Santa Luzia (AL)	5
Penitenciária Feminina de Pedrinhas (MA)	4
Presídio Regional de Itajaí (SC)	3
Presídio Feminino do Estado de Sergipe (SE)	3
Conjunto Penal de Feira de Santana (BA)	2
Estabelecimento Penal Feminino Irmã Zorzi (MS)	2
Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia (GO)	1
Conjunto Penal Feminino Consuelo Nasser (GO)	1
Total	181

Dos 19 estabelecimentos com crianças, um não respondeu a idade limite de permanência das crianças no local¹. Dentre os respondentes, 9 (50%) permitem que a criança permaneça no local até os seis meses, 5 (27,78%) entre 9 e 12 meses, 2 (11,11%) entre 13 e 18 meses e 2 (11,11%) até os 24 meses.



A idade da criança mais velha existente no estabelecimento varia entre 4 e 15 meses.

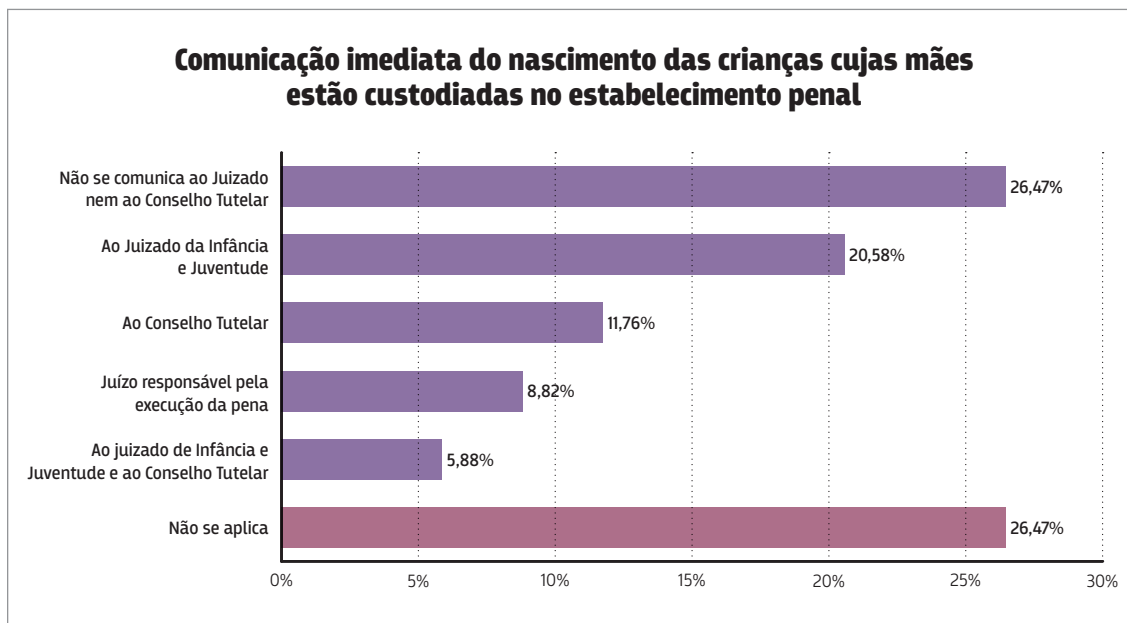
11 Cumprimento da exigência do art. 89 da Lei 7.210/84, em relação à existência de creche para abrigar crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos desassistidas e desamparadas cuja responsável esteja presa.

Nenhum estabelecimento visitado é dotado de creche para abrigar crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos desassistidas e desamparadas cuja responsável esteja presa.

12 Comunicação imediata do nascimento de criança cuja mãe esteja privada de liberdade, à autoridade de execução penal e da infância e da juventude competentes.

16 estabelecimentos comunicam imediatamente o nascimento das crianças: 7 ao Juizado da Infância e Juventude, 4 ao Conselho Tutelar, 3 ao Juízo responsável pela execução da pena e 2 ao Juizado de Infância e Juventude e ao Conselho Tutelar. Nove estabelecimentos (26,47%) não comunicam nem ao Juizado e nem ao Conselho Tutelar. E os outros nove responderam que a pergunta não se aplicava.

¹ Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia.

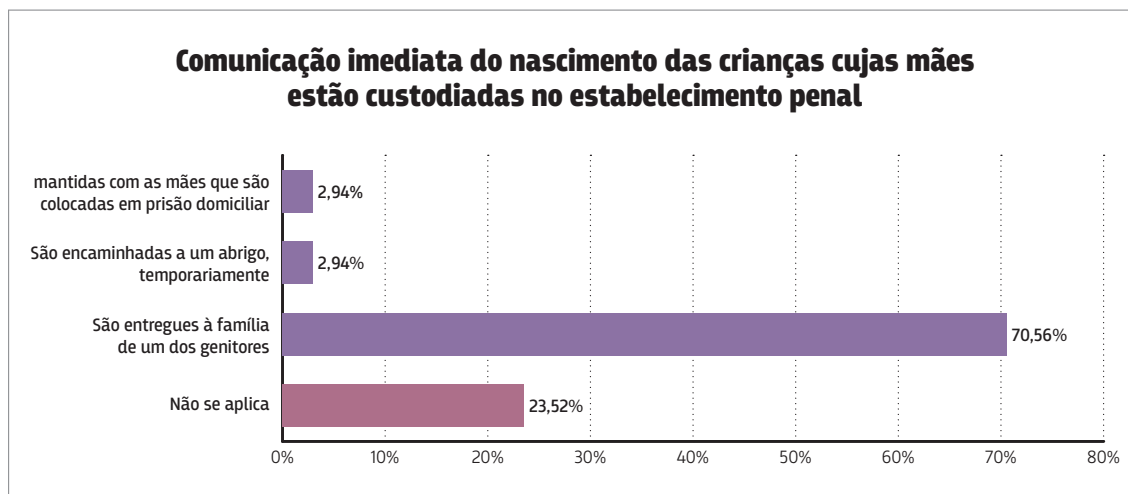


Estabelecimentos que não comunicam o nascimento de crianças:

- ✿ Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa
- ✿ Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia
- ✿ Conjunto Penal Feminino Consuelo Nasser
- ✿ Colônia Penal Feminina do Recife
- ✿ Penitenciária Feminina de Pedrinhas
- ✿ Penitenciária Feminina Madre Pelletier
- ✿ Penitenciária Feminina Dra. Marina Cardoso de Oliveira do Butantan
- ✿ Presídio Feminino Santa Luzia
- ✿ Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade

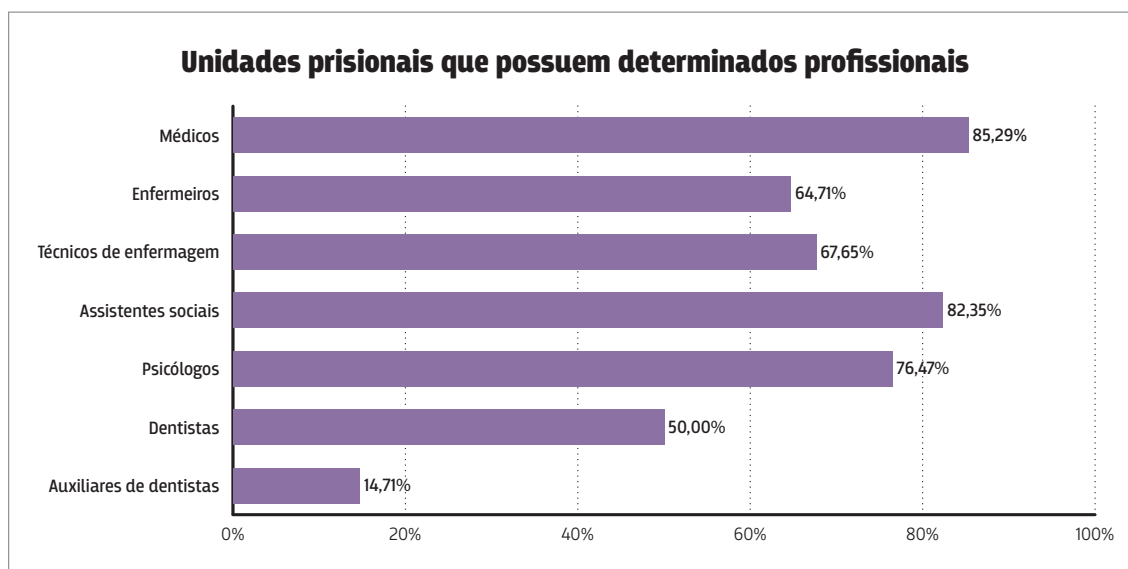
13 Destino das crianças cujas mães estão custodiadas no estabelecimento visitado, depois do período da amamentação

Dentre os respondentes, excluindo os casos em que a pergunta não se aplicava, a maioria (24 – 92,3%) respondeu que as crianças cujas mães estão custodiadas no estabelecimento visitado, são entregues à família de um dos genitores após o período de amamentação. Apenas a Unidade Materno Infantil – RJ encaminha a um abrigo, temporariamente, em casos excepcionais e por determinação judicial. Este foi o único estabelecimento visitado onde o juiz da Vara da Infância e Juventude acompanha diretamente a situação das crianças e das mães, com apoio da rede de proteção da comarca, por ele acionada quando é necessário.



14 Presença de profissionais de saúde, assistentes sociais, psicólogos

Dos 34 estabelecimentos visitados, 85,29% possuem médicos, 64,71% possuem enfermeiros, 67,65% possuem técnicos de enfermagem, 82,35% possuem assistentes sociais, 76,47% possuem psicólogos, 50,00% possuem dentistas e 14,71% auxiliares de dentistas.



Dentre as unidades que possuem médicos, o quantitativo de profissionais varia de 1 a 18. Pelas respostas, observando o quantitativo total, percebe-se que houve confusão nos conceitos de médicos efetivos do quadro, médicos efetivos sistema prisional e médicos efetivos Secretaria Estadual de Saúde. No quadro abaixo, as distorções foram corrigidas por inferência, exceto a informação do Presídio Feminino Santa Luzia que informou apenas um médico temporário e dois no total, porque há 1 preso de estabelecimento penal vizinho que é médico e presta serviço na unidade, para fins de remição. Sete estabelecimentos não detalharam.

Nome do estabelecimento	Médicos			
	Efetivos	Temporários	Voluntários	TOTAL
Unidade Penitenciária Feminina de Rio Branco	3	1		4
Unidade Prisional Feminina	1			1
Penitenciária Feminina do Distrito Federal	3			3
Centro de Detenção Provisório Feminino				2
Conjunto Penal de Feira de Santana	1	6		7
Conjunto Penal Feminino Salvador	1		1	2
Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa				2
Presídio Regional de Itajaí	1		1	2
Presídio Feminino do Estado de Sergipe	2			2
Penitenciária Feminina de Cariacica				1
Penitenciária Feminina de Teresina	1	2		3
Colônia Penal Feminina do Recife	0	5		5
Penitenciária Feminina de Pedrinhas	1			1
Estabelecimento Penal Feminino Irmã Zorzi				4
Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua	1			1
Centro de Ressocialização Feminino de Rondonópolis	1			1
Complexo Médico Penal	18			18
Penitenciária Talavera Bruce	1			1
Centro de Detenção Provisória Feminino de Parnamirim		1		1
Centro de Ressocialização Suely Maria Mendonça	1			1
Cadeia Pública Feminina de Boa Vista				2
Penitenciária Feminina Madre Pelletier				5
Penitenciária Feminina Dra. Marina Cardoso de Oliveira do Butantan	1		2	3
Complexo Penal Feminino João Chaves		1		1
Penitenciária Feminina da Capital	2			2
Penitenciária Feminina de Santana	6		1	7
Centro de Reeducação Feminino	1			1
Presídio Feminino Santa Luzia		1		2
Penitenciária Feminina do Paraná	3			3

Dentre as especialidades médicas, 23 unidades possuem clínico geral, 11 possuem ginecologista, 13 possuem psiquiatra, 5 possuem pediatra, 3 possuem infectologista e 1 médico da saúde da família.

Unidades que não possuem médicos ou não informaram:

- ✿ Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia
- ✿ Conjunto Penal Feminino Consuelo Nasser
- ✿ Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto e Aberto de Campo Grande
- ✿ Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, de Vespasiano (MG)

A Unidade Materno Infantil (RJ) declarou que possui pediatra, mas não há o registro da quantidade.

Nome do estabelecimento	Outros profissionais					
	Enfermeiros	Técnicos de enfermagem	Assistentes Sociais	Psicólogos	Dentistas	Auxiliares de Dentistas
Unidade Penitenciária Feminina de Rio Branco	1	1	2	1		
Penitenciária Feminina do Distrito Federal	2	4	1		1	1
Centro de Detenção Provisório Feminino	1	4	1	1	1	1
Conjunto Penal de Feira de Santana	6	3	7	4	1	
Instituto Penal Feminino Desembargadora Aurí Moura Costa	2	4	2	1		
Presídio Regional de Itajaí	3		1	1	1	
Presídio Feminino do Estado de Sergipe	1	5	1	1	1	
Penitenciária Feminina de Cariacica	4	1	3	1		
Conjunto Penal Feminino Consuelo Nasser			1	1	1	
Penitenciária Feminina de Teresina	1	3	2	1	1	
Colônia Penal Feminina do Recife	3	4	6	2	1	2
Penitenciária Feminina de Pedrinhas	2		1	1		
Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto e Aberto de Campo Grande		1	1	2		
Estabelecimento Penal Feminino Irmã Zorzi	1	1	2	2	1	
Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua	2	3	4	4	1	
Centro de Ressocialização Feminino de Rondonópolis		2	1	1		
Complexo Médico Penal	5	14	1	2	1	
Unidade Materno Infantil		2	1	1		
Penitenciária Talavera Bruce		4	1	2	1	
Centro de Detenção Provisória Feminino de Parnamirim	1	2	1			
Centro de Ressocialização Suely Maria Mendonça	1	1	1		1	1
Cadeia Pública Feminina de Boa Vista			1	1		
Penitenciária Feminina Madre Pelletier	2	2	6	4	1	1
Penitenciária Feminina Dra. Marina Cardoso de Oliveira do Butantan	2		2	2		
Complexo Penal Feminino João Chaves	1	2	1	1		
Penitenciária Feminina da Capital			4	2	2	
Centro de Reeducação Feminino	1	1	1	1	1	
Presídio Feminino Santa Luzia	1	2	1	1		
Penitenciária Feminina do Paraná	1	2		1	1	
Total	44	68	57	42	18	6

Não possuem os profissionais acima ou não informaram:

- ✿ Unidade Prisional Feminina (TO)
- ✿ Conjunto Penal Feminino Salvador (BA)
- ✿ Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia(GO)
- ✿ Penitenciária Feminina de Santana (BA)
- ✿ Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (MG)

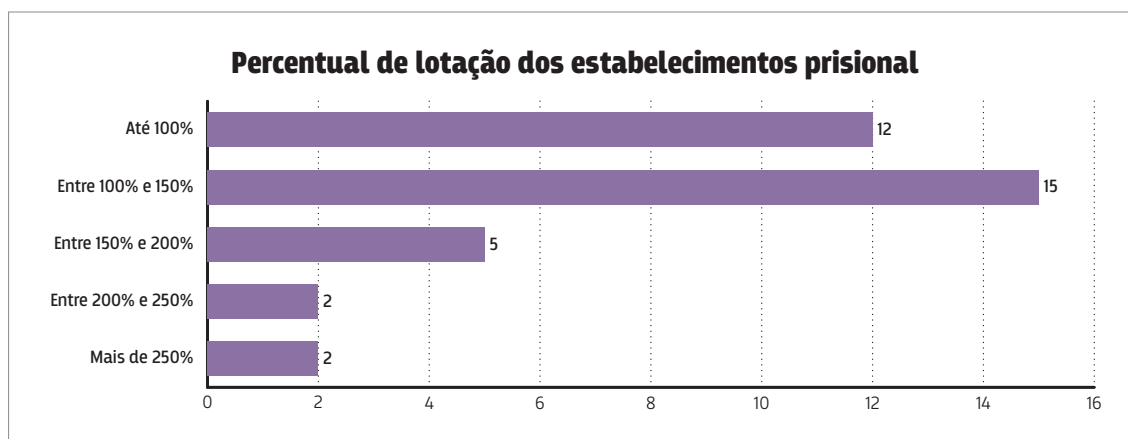
Relação quantidade de presos por profissionais:

Nome do estabelecimento	Total de presos	Presos/ Médicos	Presos/ Enfermeiros	Presos/ Técnicos de Enfermagem	Presos/ Assistentes Sociais	Presos/ Psicólogos	Presos/ Dentistas	Presos/ Auxiliares de Dentistas
Unidade Penitenciária Feminina de Rio Branco	282	70,5	282,0	282,0	141,0	282,0	-	-
Unidade Prisional Feminina	24	24,0	-	-	-	-	-	-
Penitenciária Feminina do Distrito Federal	663	221,0	331,5	165,8	663,0	-	663,0	663,0
Centro de Detenção Provisório Feminino	100	50,0	100,0	25,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Conjunto Penal de Feira de Santana	1.749	249,9	291,5	583,0	249,9	437,3	1.749,0	-
Conjunto Penal Feminino Salvador	124	62,0	-	-	-	-	-	-
Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa	973	486,5	486,5	243,3	486,5	973,0	-	-
Presídio Regional de Itajaí	305	152,5	101,7	-	305,0	305,0	305,0	-
Presídio Feminino do Estado de Sergipe	229	114,5	229,0	45,8	229,0	229,0	229,0	-
Penitenciária Feminina de Cariacica	470	470,0	117,5	470,0	156,7	470,0	-	-
Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia	2.571	-	-	-	-	-	-	-
Conjunto Penal Feminino Consuelo Nasser	58	-	-	-	58,0	58,0	58,0	-
Penitenciária Feminina de Teresina	137	45,7	137,0	45,7	68,5	137,0	137,0	-
Colônia Penal Feminina do Recife	572	114,4	190,7	143,0	95,3	286,0	572,0	286,0
Penitenciária Feminina de Pedrinhas	325	325,0	162,5	-	325,0	325,0	-	-
Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto e Aberto de Campo Grande	101	-	-	101,0	101,0	50,5	-	-
Estabelecimento Penal Feminino Irmã Zorzi	340	85,0	340,0	340,0	170,0	170,0	340,0	-

Nome do estabelecimento	Total de presos	Presos/ Médicos	Presos/ Enfermeiros	Presos/ Técnicos de Enfermagem	Presos/ Assistentes Sociais	Presos/ Psicólogos	Presos/ Dentistas	Presos/ Auxiliares de Dentistas
Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua	581	581,0	290,5	193,7	145,3	145,3	581,0	-
Centro de Ressocialização Feminino de Rondonópolis	118	118,0	-	59,0	118,0	118,0	-	-
Complexo Médico Penal	745	41,4	149,0	53,2	745,0	372,5	745,0	-
Unidade Materno Infantil	11	-	-	5,5	11,0	11,0	-	-
Penitenciária Talavera Bruce	422	422,0	-	105,5	422,0	211,0	422,0	-
Centro de Detenção Provisória Feminino de Parnamirim	85	85,0	85,0	42,5	85,0	-	-	-
Centro de Ressocialização Suely Maria Mendonça	145	145,0	145,0	145,0	145,0	-	145,0	145,0
Cadeia Pública Feminina de Boa Vista	171	85,5	-	-	171,0	171,0	-	-
Penitenciária Feminina Madre Pelletier	217	43,4	108,5	108,5	36,2	54,3	217,0	217,0
Penitenciária Feminina Dra. Marina Cardoso de Oliveira do Butantan	1.033	344,3	516,5	-	516,5	516,5	-	-
Complexo Penal Feminino João Chaves	125	125,0	125,0	62,5	125,0	125,0	-	-
Penitenciária Feminina da Capital	658	329,0	-	-	164,5	329,0	329,0	-
Penitenciária Feminina de Santana	2.257	322,4	-	-	-	-	-	-
Centro de Reeducação Feminino	321	321,0	321,0	321,0	321,0	321,0	321,0	-
Presídio Feminino Santa Luzia	227	113,5	227,0	113,5	227,0	227,0	-	-
Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade	47	-	-	-	-	-	-	-
Penitenciária Feminina do Paraná	379	126,3	379,0	189,5	-	379,0	379,0	-

9 presídios (26,47%) possuem mais de 300 presos por médico.

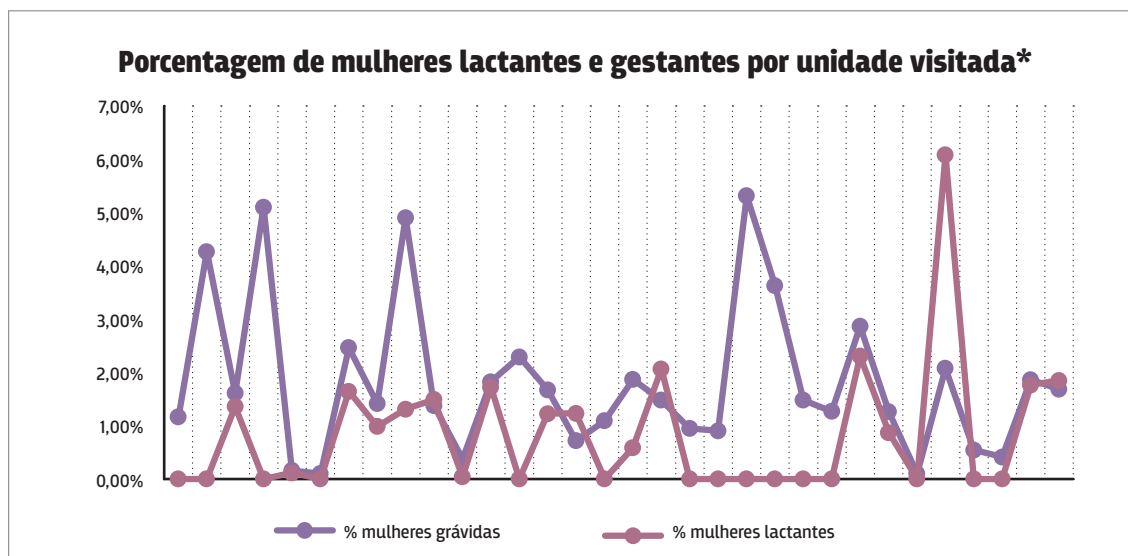
15 Lotação dos estabelecimentos prisionais



Apenas 12 (35,29%) dos presídios estão com a lotação dentro da capacidade projetada. Há 4 presídios que extrapolam mais do que o dobro da sua capacidade, são eles:

- ✱ Unidade Penitenciária Feminina de Rio Branco
- ✱ Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa
- ✱ Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia
- ✱ Colônia Penal Feminina do Recife

Havia 212 mulheres grávidas e 176 lactantes nestes estabelecimentos, que representam, respectivamente, 1,28% e 1,06% do total de presos nos locais.

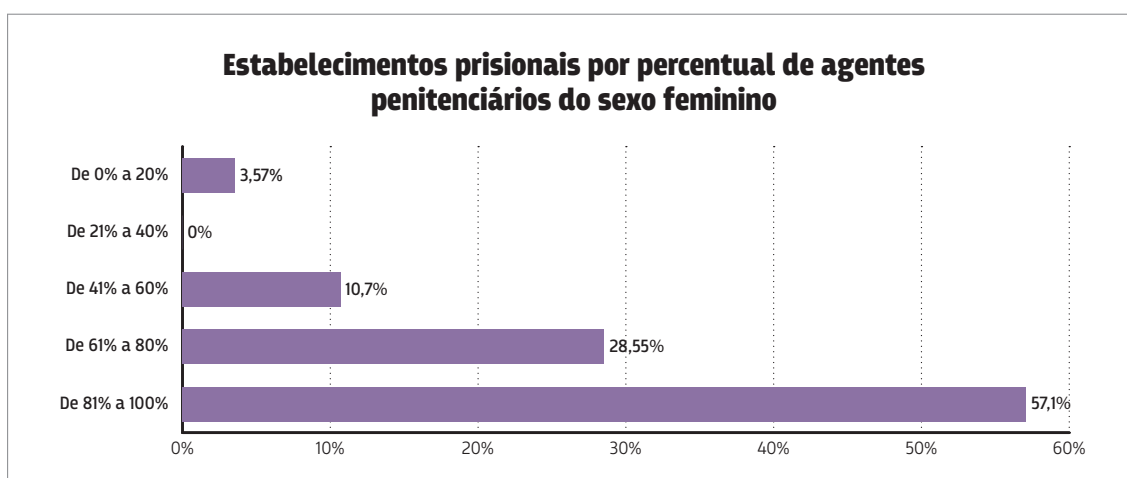


* No geral, a porcentagem de mulheres grávidas ou lactantes não passa de 7%, com exceção de duas unidades: a Unidade Materno Infantil - RJ (0% de grávidas e 100% de lactantes) e o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade - MG (49% de grávidas e 72% de lactantes), que não foram incluídas no gráfico acima para não distorcer a visualização das informações dos outros elementos.

No Rio de Janeiro, as presas grávidas ficam custodiadas na Penitenciária Talavera Bruce e só vão para a Unidade Materno Infantil depois do parto.

Em Minas Gerais as gestantes e lactantes de todas as regiões do estado são concentradas no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade que, na data da visita não tinha médico há algum tempo.

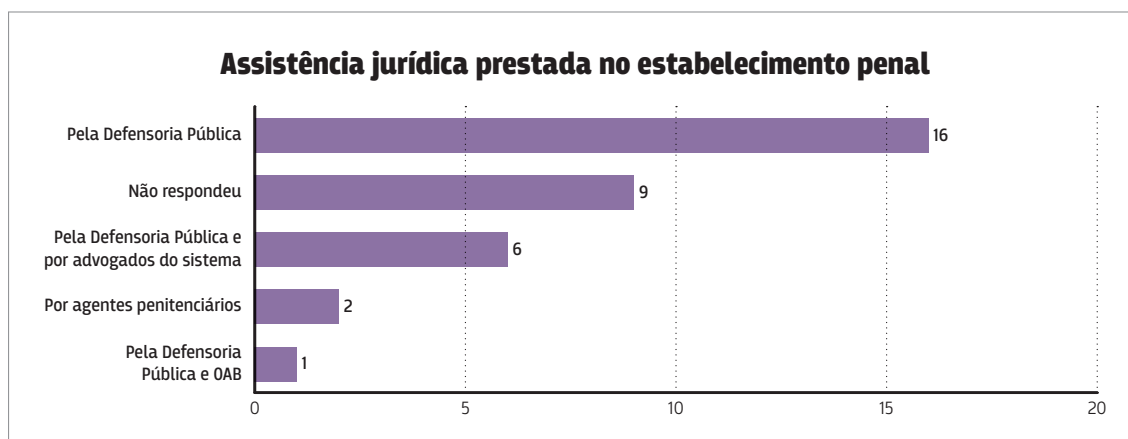
16 Presença de agentes penitenciários do sexo feminino



Na maioria dos estabelecimentos, os agentes penitenciários são predominantemente do sexo feminino. 57,1% tem mais da metade de mulheres como agentes penitenciárias.

No Complexo Médico Penal – PR, dos 110 agentes penitenciários, apenas 21 são do sexo feminino (19%). Este foi o menor percentual encontrado. Em seguida, vem o Presídio Feminino do Estado de Sergipe com 25 agentes, sendo 12 mulheres (48%).

17 Assistência jurídica gratuita prestada no estabelecimento penal



23 estabelecimentos (67,6%) têm assistência jurídica gratuita prestada no estabelecimento prisional pela Defensoria Pública. Embora a qualidade da assistência jurídica prestada às mulheres não tenha sido objeto do questionário, o número de defensores públicos é insuficiente para cobrir a demanda. Houve registro de casos em que o Defensor Público responsável pela unidade prisional não a visitava havia meses.

No Ceará há uma situação peculiar porque existe um Termo de Ajustamento de Conduta relativo ao Inquérito Civil Público nº2014.41240 que noticia usurpação das funções da Defensoria Pública na representação judicial dos internos do sistema prisional do Estado do Ceará. Nesse TAC os advogados contratados pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará – SEJUS, são impedidos de exercer a advocacia criminal em favor dos internos, sob pena de responsabilidade civil e penal.

Em Pernambuco também existe TAC com a mesma proibição.

Em 2 estabelecimentos (5,88%), a assistência é prestada por agentes penitenciários. São eles:

- ✱ Complexo Médico Penal - PR
- ✱ Penitenciária Feminina do Paraná

Particularidades observadas durante as visitas

Neste tópico seguem as situações particulares observadas ao longo das visitas. Algumas repetem dados captados no formulário e outras extrapolam os seus limites, porém todas foram mantidas para preservação da fidedignidade dos registros.

Entretanto, a ordem cronológica em que foram realizadas as observações não foi preservada por ocasião da transposição dos dados da planilha que gerou este relatório.

Unidade Penitenciária Feminina de Rio Branco (AC)

- › Há nutricionistas no complexo Rio Branco, Tarauacá, Cruzeiro do sul - onde há mulheres presas no estado.
- › 6.600 presos no sistema prisional do Estado.
- › Em Tarauacá, foi inaugurada a sala de aleitamento e brinquedoteca no início de 2018.
- › Vai inaugurar em Rio Branco futuramente.
- › A Corregedoria não tem provimento quanto a presas provisórias nas delegacias.
- › Não há regime semiaberto no estado. As presas desse regime ficam em monitoramento eletrônico.
- › Construção entregue em 2015.
- › A juíza libera as presas gestantes um mês antes do parto e elas ficam até 6 meses com monitoramento eletrônico.
- › Há uma coordenação de execução penal vinculada ao IAPEN.

Unidade Prisional Feminina - Babaçulândia (TO)

- › Houve época em que haviam crianças de 6 e 7 anos no estabelecimento, segundo informação da diretora.
- › Recomendação de encaminhamento da relação das presas cujos processos estejam paralisados para o GMF.
- › A penitenciária não está com acesso ao processo de proteção da criança.
- › O Juízo da Infância e Juventude é informado do nascimento das crianças. A partir daí, os profissionais da Vara e da Estação Casa, do Grupo Marista, trabalham com a família para a entrega do lactente até o 6º mês.

Penitenciária Feminina do Distrito Federal (DF)

- › Percentuais das razões de prisão das mulheres do estabelecimento: 27% por tráfico de entorpecentes; 44% por roubo, assalto a mão armada; 12% por homicídio ou tentativa de homicídio.
- › Kit higiene: 2 pacotes de absorventes, 3 papéis higiênicos, sabonete, sabão em pó, sabão em barra, creme dental e escova dental.
- › Agente de custódia vinculado à Polícia Civil.
- › “80% dos visitantes passam pelo único scanner corporal comprado pelo GDF.
- › Há previsão de scanner a ser fornecido pelo DEPEN, de acordo com a direção.
- › O estabelecimento tem todos os regimes penais e abriga, ainda, uma ala para pacientes judiciários e a unidade materno infantil, além de uma ala para homens do semiaberto contratados para trabalhar na manutenção da unidade.
- › Remição - parceria com empresas privadas, oficina de costura industrial e restaurante para alimentação de servidores.
- › Havia 663 mulheres presas.
- › Havia 83 pacientes homens internados na ala que funciona como hospital psiquiátrico (ATP) homens e 6 mulheres, em local separado.
- › 28 mulheres trabalhavam em semiaberto.
- › O projeto para instalação de uma UPA está em vias de implantação, de acordo com a direção.
- › Dentro da ala maternidade, há uma cuidadora que recebe remição para auxiliar no cuidado das crianças.
- › Há casos em que a Diretora permitiu a visita da mãe no abrigo para ver a criança.
- › 2 equipes básicas de saúde (1 para a ATP e 1 para feminino) da Secretaria de Saúde do GDF: Equipe da ATP 1 médico, 1 enfermeira, 2 técnicos, 1 dentista, 1 auxiliar, 2 psicólogos e 1 assistente, que trabalham com jornada de 40 horas semanais, 8 horas por dia e 5 vezes na semana (segunda a sexta); Equipe de Saúde para as mulheres: 1 médica, 2 enfermeiras, 4 técnicas, 2 psicólogas, 1 dentista, 1 auxiliar e 1 assistente social.
- › Havia 4 meses que o pediatra tinha atendido na unidade. A médica que atende as mulheres está atendendo as crianças.
- › No ATP, há plantão com técnicos de enfermagem. Sem ambulância. No final de semana, escoltam para hospital público.
- › As presas do semiaberto pernoitam na unidade em local separado.
- › A Unidade tem núcleo de ensino e profissionalização, alfabetização. Houve informação da direção que começaram no semestre da visita os cursos de gestão, empreendedorismo, RH, manicure e cabelereira.
- › 15 mulheres presas fizeram vestibular. 150 estudam e há 30 vagas de educação.
- › Remições por estudo e por trabalho.
- › Trabalho interno - 110 vagas (93 trabalham regularmente).

- › Trabalho externo - 72 vagas.
- › As internas que trabalham recebem $\frac{3}{4}$ de salário mínimo + Pronatec (4 reais/hora/aula).
- › A brinquedoteca recebida do DEPEN ainda não foi montada e há o planejamento de montá-la no galpão onde funcionará a oficina de costura industrial.
- › Os berços da Unidade Materno Infantil foram doados pela VEP.
- › Sem nutricionista para fiscalizar o contrato de comida. O Núcleo de nutrição e vigilância foi extinta por falta de servidores.
- › As presas se queixaram de comida estragada, relatos com pedra e bicho, frango cru, mosca dentro do pão, sopa com carne de porco. Esclareceram que a comida estragada é comum nos finais de semana. Quando a comida vem estragada não há substituição.
- › A mesma comida que vem para as presas idosas que ficam na ala das gestantes e lactantes é servida para as crianças que já começaram o desmame.

Centro de Detenção Provisório Feminino (AM)

- › Cada Juiz é responsável por seus presos.
- › Não há estabelecimento manicomial feminino no estado.
- › O estabelecimento funciona em regime de parceria público-privada (PPP)
- › Há ponto eletrônico na unidade para controlar a frequência dos servidores.
- › Os homens estão fazendo a vigilância interna, de acordo com o que se vê pela proporção de agentes informada na escala de plantões.
- › Há material doado pelo DEPEN ainda esperando ser montado.
- › Há somente 10 vagas de trabalho interno.
- › Há projeto de remição pela leitura.
- › A competência da VEMEPA vai ser alterada para que o livramento condicional volte para a VEP.

Conjunto Penal de Feira de Santana (BA)

- › As presas grávidas são mantidas nas celas com as demais presas.
- › As presas ficam em uma ala separada do estabelecimento penal que abriga homens e mulheres em alas distintas.
- › Todas as mulheres gestantes, lactantes, assim como aquelas com HIV positivo e tuberculose recebem suplementação nutricional, mais 2 lanches por dia, de acordo com informação prestada pela nutricionista do estabelecimento.

Conjunto Penal Feminino Salvador (BA)

- › A boa estrutura de berçário existente nunca foi utilizada e serve de depósito, porque é separada das galerias e as presas se recusam a ficar ali isoladas, sem acesso à convivência diária, de acordo com a diretora. Não há gestantes ou lactantes.
- › Há sala de aula.
- › Há 01 seção separada para gestantes, com as presas estrangeiras.

Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (CE)

- › Existe TAC da Defensoria proibindo os advogados do sistema prisional de peticionarem em defesa dos presos, embora não haja defensores em número suficiente para o atendimento.
- › 03 Varas de Execução penal (há alternância da corregedoria entre as três varas da capital).
- › O estabelecimento utiliza o SISDEPEN. Foi noticiada a existência de projeto da Secretaria de Justiça para inserir informações com recortes de gênero quanto às mulheres, naquele sistema tecnológico de gestão.
- › Há mulheres em outras unidades no interior (Juazeiro do Norte).
- › São 38 grávidas e lactantes.
- › Houve relato da diretora de que outras mulheres grávidas tentaram entrar com drogas.
- › Havia 978 presas no estabelecimento.
- › A Defensoria informou a existência de relato da existência de criança ficando até 3 anos no estabelecimento.
- › A ginecologista se aposentou há 02 meses. Foi noticiado que está sendo diligenciada a contratação de novo profissional por cooperativa.
- › A partir do 6º mês de gestação a mulher é transferida para a seção de gestantes e lactantes ali denominada "creche".
- › Recomendação para fazer levantamento das crianças das mães presas para ativar a rede de assistência da infância e juventude.
- › Distanciamento entre as mães privadas de liberdade e os filhos devido a centralidade das mulheres em um estabelecimento.
- › O hospital do sistema prisional não atende as mulheres.
- › O Hospital Psiquiátrico Efigênio Games não possui ala para mulheres.
- › O psiquiatra só atende 1 vez por mês.
- › As mulheres recebem ¾ de salário mínimo em alguns trabalhos no estabelecimento (padaria, limpeza, etc).
- › Há 02 advogados via Secretaria de Justiça para cada estabelecimento.
- › A Defensoria Pública atende 2 vezes por semana.
- › Diligenciar registro das 11 crianças.

Presídio Regional de Itajaí (SC)

- › Estabelecimentos penais exclusivos para mulheres, em Santa Catarina: Penitenciária de Criciúma, Penitenciária de Florianópolis, Penitenciária Regional de Tubarão e Presídio Regional de Itajaí.
- › Há um HCPP que possui homens, porém não há estabelecimento para mulheres a quem tenha sido imposta medida de segurança. 1 paciente internada no IPQ, foi encaminhada para atendimento ambulatorial.
- › Há o Programa Identidade Cidadã.
- › Há nutricionista no sistema prisional.
- › Não há previsão de comida para as crianças que estão no estabelecimento. A Diretora informou que não há previsão, porque as crianças só permanecem na unidade no período de amamentação, até 6 meses.
- › Recomendação de oficiar o GMF quanto à falta de andamento dos processos das custodiadas (falta de audiência ou sentença por 6 meses).
- › Há enfermeira especialista em pré-natal.
- › Há advogados no sistema prisional e a Defensoria Pública é bem ativa.
- › Situação Específica: 1 pediatra voluntário, 1 nutricionista e ginecologista pelo SUS.

Presídio Feminino do Estado de Sergipe (SE)

- › Guarda de segurança prisional é o novo termo para designar agente penitenciário no Estado.
- › A odontóloga está afastada.
- › As crianças não são registradas na maternidade. O registro demora em torno de 10 dias.
- › Havia uma criança sem registro de nascimento.
- › Há dois casos de mulheres que entraram na unidade com os filhos pouco tempo após o parto.
- › Falta de documento de identidade das internas quando entram na unidade.
- › Interna relatou que a defensoria não faz solicitação de monitoramento eletrônico.
- › A Defensoria costuma ir ao estabelecimento uma vez por mês.
- › Problema de precificação dos produtos produzidos pelas presas para serem vendidos. Presas são pagas pelo fundo penitenciário.
- › Os juízes antes de decidir sobre prisão domiciliar pedem avaliação psicossocial.

Penitenciária Feminina de Cariacica (ES)

- › Somente em Cachoeira do Sul, Colatina, São Mateus e Cariacica há estabelecimentos penais destinados as mulheres.
- › A Comarca de Entrância Especial é integrada por 5 juízos, entre eles o de Cariacica.
- › O Estado possui 32 unidades prisionais.
- › Há no Estado Delegacia de Combate a Crimes Cometidos no Sistema Prisional.
- › Não há mulheres presas em delegacias no Estado.
- › Solicitaram orientação do CNJ quanto a inscrição eleitoral nos casos de presas.
- › Há 470 mulheres presas no estabelecimento e 30 em domiciliar.
- › Absorventes higiênicos são oferecidos pela SEJUS.
- › Há plantão de saúde diurno e noturno.
- › Há 1 ambulância exclusiva para atendimento das presas da unidade. O transporte de gestantes é feito em veículos diferenciados.
- › As presas recebem 1 salário mínimo pelo trabalho realizado na fábrica de calçados existente na unidade onde 3500 pares de calçados são produzidos por dia.
- › A diretora informou que a Defensoria Pública comparece para atender as presas sentenciadas 1 vez por mês e raramente para atender às provisórias.

Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia (GO)

- › Faz-se necessária a priorização do atendimento às presas da unidade visitada pela Defensoria Pública.
- › Foi sugerida a alteração do CNIEP para incluir os dados das presas grávidas e das lactantes, assim como das transexuais e das portadoras de doenças graves.
- › Não há ginecologista fixa no CPP.
- › Lotação da unidade: 2476 pessoas do sexo masculino e feminino, sendo 145 mulheres, que ficam em uma ala distinta da dos homens, com entrada e controle separados.

Conjunto Penal Feminino Consuelo Nasser (GO)

- › O espaço que seria destinado ao berçário não está sendo usado para esse fim.
- › As gestantes e as lactantes ficam em uma cela com presas idosas e doentes.
- › Psicóloga e Assistente Social: 1 vez por semana.
- › A presença de médico na unidade é eventual.

Penitenciária Feminina de Teresina (PI)

- › 1 clínico geral 2 vezes na semana.
- › 1 enfermeira todos os dias.
- › 1 dentista 2 vezes na semana.
- › 1 ginecologista 1 vez por semana.
- › 3 técnicas de enfermagem.
- › 1 psiquiatra de 15 em 15 dias.
- › Os seguintes profissionais são prestadores de serviço, com contrato temporário com a SEJUS: enfermeira, assistentes sociais, ginecologista, psiquiatra e técnicas de enfermagem.
- › A partir dos 7 meses de gestação, as presas grávidas vão para prisão domiciliar até 1 ano da criança. Nesse tempo, ou ficam com monitoramento eletrônico ou se apresentam mensalmente.
- › A VEP tem competência para processar e julgar ação civil pública relativa ao sistema prisional.
- › Em Parnaíba e Picos também há mulheres presas.
- › Há 137 mulheres custodiadas na Penitenciária Feminina de Teresina.
- › Houve mudança de diretora. A atual está com pouco tempo no cargo.
- › Há um projeto de teatro sendo desenvolvido com as internas.
- › Há muito tempo não recebem criança.
- › As grávidas ficam em cela comum com as outras presas.
- › Uma interna grávida de gêmeos - gravidez de risco, está na maternidade (7 meses).
- › Trabalho interno na Cantina.
- › Defensores públicos de 15 em 15 dias.
- › Assessor jurídico 3 vezes na semana.

Colônia Penal Feminina do Recife (PE)

- › Unidade para presas provisórias e do regime fechado, mas quando há lactantes no

regime semiaberto de Abreu e Lima, estas são transferidas para o estabelecimento visitado.

- › Há 121 presas em prisão domiciliar e 40 monitoradas eletronicamente.
- › A criança de 1 anos e 2 meses que está com a mãe no estabelecimento é uma situação especial autorizada pelo juiz da execução penal.
- › Os agentes masculinos fazem vigilância interna.
- › Contratação Temporária pela SERES: 1 pediatra e 1 infectologista que atendem 1 vez na semana.
- › Há TAC impedindo a atuação dos advogados do sistema penitenciário em favor dos presos.
- › Há 2 Defensoras, mas a Defensoria não articula com o jurídico da unidade.
- › O Sistema de Informação Carcerária - SIC está sendo migrado para o SIAPE.
- › Os Agentes penitenciários que fazem apresentação judicial e levam ao hospital.
- › A vigilância Externa é feita pela PM.
- › Há um cartório do registro civil de pessoas naturais no Hospital Barão Lucena onde ocorrem os partos das internas.
- › Há mutirão para emissão de documentação.
- › As crianças ficam no estabelecimento até 6 meses, podendo se estender para mais tempo quando há decisão judicial nesse sentido.
- › Não há UPA no sistema prisional.
- › Unidade Básica de Saúde do Estado.
- › Não há Previsão de vaga no sistema prisional para área de saúde.

Penitenciária Feminina de Pedrinhas (MA)

- › As crianças ficam até 02 anos, porém sem regulamentação, com base na Resolução n. 004/2009 do CNPCP.
- › A direção acionou o Conselho Tutelar por 2 vezes devido a falta de cuidado da mãe. Relatou, também, um caso de destinação de uma criança para família substituta e nenhum caso de encaminhamento para adoção.
- › Existe o trabalho de adaptação entre a criança e o parente com quem ela ficará.
- › As mulheres grávidas e lactantes só recebem suplementação alimentar se for prescrito.
- › 107 mulheres estudam.
- › População carcerária atual do estabelecimento: 325
- › Foi noticiada a existência de tratativa de ampliação da unidade em mais 106 vagas.
- › Regimes fechado, semiaberto e provisório.
- › Praticamente todas as mulheres estão trabalhando, inclusive na confecção dos uniformes das internas e em fábrica de sandália, canecas e outros artefatos, mas não recebem qualquer salário. Recebem apenas a remição.

- › Equipe básica da unidade: 1 enfermeiro, 2 técnicos, 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 pedagogo e 1 terapeuta ocupacional. Médico fica por contratação externa a Secretaria e vem 2 vezes por semana pela manhã das 7h às 12h.
- › Recomendação sobre notificação do juizado de infância quanto à existência de criança no interior do estabelecimento prisional.
- › Não há comunicação com a vara da infância e da juventude.
- › Recomendação de comunicação ao GMF e aos juízes quando a presa estiver com o processo sem movimentação por mais de seis meses.
- › Foi informado pelo representante da Secretaria de Estado responsável pelo sistema prisional que a unidade ganhou um prêmio de gestão.

Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto e Aberto de Campo Grande (MS)

- › As gestantes e lactantes ficam em uma cela coletiva específica a elas destinada.
- › As audiências de justificação são realizadas por videoconferência.
- › A 3ª Vara de Execução tem competência para a execução penal das Comarcas do interior onde há presídio.
- › Não há leitos específicos para mulheres pacientes judiciárias (em caso de internação são encaminhadas ao Hospital Nosso Lar e ao Hospital Regional).

Estabelecimento Penal Feminino Irmã Zorzi (MS)

- › Apesar da existência do berçário, as crianças dormiam nas celas com as mães e quando estão no berçário são cuidadas por duas presas outras selecionadas pela direção, permanecendo separadas das genitoras.
- › A unidade usa o SIAPEN como sistema de gestão. O sistema ainda não conta com filtro por gestante e lactante.
- › O estabelecimento funciona em uma edificação que era de uma empresa de construção civil.
- › Há 13 celas, com capacidade total para 231 internas.
- › As mulheres não passam pelo presídio de trânsito.
- › Há um estabelecimento com a construção parada, pelo fato de não seguir norma técnica do DEPEN.
- › A administração prisional é realizada pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública.
- › A escolta da interna até o cartório precisa da autorização do juiz da VEP, de acordo com “normas superiores da polícia”.
- › Convênio com as maternidades dos hospitais e a Corregedoria.
- › Material da brinquedoteca fornecido pelo DEPEN assim como os aparelhos de ar condicionado estão embalados sem utilização.

Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua (PA)

- › Há 1 dentista, mas estão sem ginecologista e sem pediatra porque o contrato acabou.
- › Os médicos têm contratação temporária (2 anos) SISUPE - vão 2x por semana.
- › Todas as mulheres presas grávidas e com crianças de até 1 ano vêm para essa unidade.
- › Toda criança que chega é comunicado ao Juizado de Infância.
- › A Unidade Materno Infantil é um anexo do CRF.
- › Apenas estão custodiadas no estabelecimento as mulheres condenadas no regime fechado e as presas provisórias. As do regime aberto estão em prisão domiciliar. As do semiaberto estão em outro estabelecimento, o CRF de Marituba.
- › Há três turnos de aula
- › 10 Agentes Masculinos por plantão - no total 20 agentes (10 masculinos + 10 femininos). De acordo com a diretora a presença do quantitativo expressivo de agentes masculinos deve-se ao fato de a faixa etária das agentes penitenciárias ser muito elevada (realmente, há agentes penitenciárias idosas).
- › Há uma unidade básica de saúde do CRF e um grupo específico de profissionais de saúde na média e alta complexidade.
- › Amamentação exclusiva até 6 meses.
- › Nutricionista e alimentação a partir de 6 meses.
- › O acompanhamento das crianças é feito pelo Conselho Tutelar.
- › Há 581 Internas no estabelecimento. A Unidade Materno Infantil fica em prédio anexo, em lugar separado e distinto.
- › A direção noticiou que no último processo seletivo, não houve nenhum médico interessado.
- › O Hospital Geral Penitenciário atende às mulheres do estabelecimento.
- › Tem uma grávida que está no Hospital por questão de segurança.
- › Os profissionais estão compartilhados entre os anexos da unidade.
- › Alfabetização + EJA + Educação a distância (professores da Rede estadual dando aula).
- › Há internas fazendo o ENSEJA.
- › Trabalho Interno com remição na Cooperativa (COSTAPE) – A direção informou que passaram pelo projeto 250 mulheres que não retornaram mais à prisão.
- › A diretora informou que a unidade ganhou o Innovare em 2014 e a BBC de Londres vai fazer reportagem sobre o estabelecimento penal.
- › Há projeto para aumentar espaço da cooperativa com previsão de lojas na estrada da unidade e atribuir PJ às cooperadas. As internas trabalham 3 meses em regime de experiência para serem efetivadas. Na SUSIPE, são remuneradas com 1/3 do salário mínimo.
- › Havia Convênio com o TJPA para trabalho externo, mas não foi renovado.
- › O Estado fornece fralda descartável.
- › A UMI funciona desde 2015.

- › O INFOPEN-PA, está sendo adaptado para inserir dados sobre os filhos das internas sobre trabalho, estudo e informações de PAD.
- › Recomendação de levantamento do número de mulheres com o processo paralisado.
- › Entrega de Kit Pessoal.
- › O preventivo não tem sido feito por falta de álcool próprio.
- › 2 técnicas enfermeiras na unidade básica + 1 da UMI.
- › Na UMI há 5 crianças sem registro e uma sem vacinação.

Centro de Ressocialização Feminino de Rondonópolis (MT)

- › Há somente uma médica da SEJUDH, emprestada da Mata Grande, que trabalha 10 horas por semana.
- › Há um espaço humanizado com brinquedos, dedicado para as crianças que realizam visita.
- › As mulheres do Estado estão indo todas para Rondonópolis e Cuiabá, majoritariamente. Alega-se o custo de manutenção de unidades de médio e pequeno porte.
- › Há estabelecimento penal feminino em mais 6 lugares no Estado.
- › Há Ação Civil Pública com coisa julgada para fechar a unidade visitada e construir outra unidade em outro lugar para 300 mulheres.
- › Não há no estado estabelecimento para regime semiaberto, as presas trabalham com tornozeleira eletrônica.
- › Desde 2010, as mulheres são direcionadas para a unidade.
- › Há três anos não há lactante.
- › Há Material doado pelo DEPEN (Parque, cadeira de aleitamento, ar condicionado e TV)
- › Há 16 presas realizando trabalho interno (cozinha e limpeza).
- › A Defensoria Pública presta assistência jurídica 1 vez no mês.

Complexo Médico Penal (PR)

- › Data da Realização da visita 19/04/2018.
- › O juiz responsável pela correição do estabelecimento esteve lá pela última vez em 31/8/2016.
- › Mensalmente sua assessora solicita os dados para o CNIEP por e-mail, um servidor da direção compila os dados e os repassa para o e-mail (brii@tjpr.jus.br).
- › Há uma normativa do DEPEN/PR que determina que as presas gestantes sejam recebidas no estabelecimento com 32 semanas de gestação)
- › Há Unidade básica de Saúde em alguma delegacias, segundo informação do diretor, que também afirmou estar em andamento a pactuação para instalação de UBS em Cascavel e em Londrina.
- › Todos presos (homens e mulheres) aos quais são impostas medidas de segurança são encaminhados para o estabelecimento visitado e ficam em alas separadas.
- › Depois do parto num hospital externo, as presas vão direto para a Penitenciária Feminina do Paraná.

Unidade Materno Infantil (RJ)

- › O pediatra da Secretaria de Saúde atende no estabelecimento 1 vez por mês.
- › O juiz titular da Vara da Infância e Juventude acompanhou toda a visita, ficando demonstrado o seu entrosamento com a direção da unidade, que declarou ter pleno acesso ao magistrado que se mostra sempre disponível para resolver as questões relativas às crianças filhas das mulheres custodiadas no estabelecimento penal.
- › Todas as gestantes do sistema prisional do Estado estão no Talavera Bruce e as lactantes nesta UMI, segundo informado pela direção.
- › A Vara da Infância e Juventude e o CRAS prestam todo acompanhamento e realizam estudo social e psicológico.
- › Foi informada a existência de déficit de 19 Conselhos Tutelares na Rede Municipal.
- › As crianças ficam 6 meses, podendo ficar até 1 ano, 1 ano e meio, a critério do juiz da infância.
- › O Juiz da infância informou que entra em contato direto com a VEP para fazer coincidir, quando possível, a saída da criança para que ela saia junto com a mãe.
- › A direção informou que é de 4% o índice de reincidência do estabelecimento visitado; e 11% a 20% a reincidência de outros estabelecimentos.
- › Material provido pelo DEPEN: berços, e cadeiras de amamentação
- › 23 agentes femininas e 4 masculinos (1 zelador, 2 motoristas + 1 segurança da diretora).

Penitenciária Talavera Bruce (RJ)

- › A direção informou que as presas grávidas são transferidas para uma cela separada.
- › No momento da visita haviam 15 presas gestantes separadas em uma cela e 12 em celas comuns com outras presas.
- › Há uma auxiliar de enfermagem.

Centro de Detenção Provisória Feminino de Parnamirim (RN)

- › O estabelecimento funciona desde 2011, em edifício alugado, onde funcionava antigamente uma cozinha industrial.
- › A diretora informou que quando a mulher está para dar à luz o seu filho, é verificada a possibilidade de prisão domiciliar e até agora tem conseguido o deferimento de todos os pedidos. Mas se vier a acontecer de o pedido ser indeferido, após o parto, a mulher vai para o Complexo João Chaves, em Natal, onde há berçário.
- › Atualmente há 85 internas na unidade, mas já chegou a ter 105 internas.
- › Não há camas. São utilizados colchonetes.

- › Empresa terceirizada fornece comida para as internas. Para as agentes há o rancho que é feito por uma interna.
- › Em 2017 foram realizados 3 mutirões. Neste ano foi realizado 1 mutirão com a Defensoria Pública.
- › Os processos das presas são consultados todo mês, e as agentes repassam as informações processuais as presas.
- › Médicos às segundas, terças e quartas. Há também atendimento por médico psiquiatra a cada 40 dias.
- › Materiais específico para cuidados femininos, como absorvente, são conseguidos por doação.
- › A diretora informou que está articulando para receber o projeto Brasil Alfabetizado, e ainda quer viabilizar oficinas de costura.
- › Recomendação de que a diretora comunique ao juiz da comarca sobre mulheres que ainda não passaram por audiência, de modo que o juiz possa levar ao conhecimento do GMF a situação, já que a quase totalidade das presas é de outras comarcas.
- › Procedimento banho de sol 1 vez na semana, porque o espaço não é adequado.
- › A 1ª vara criminal doou recursos das penas pecuniárias para o CDP, com os quais foram adquiridos aparelho de micro-ondas e freezer, além de ter sido realizada a reforma da cantina.
- › O psiquiatra atende na unidade a cada 40 dias.

Centro de Ressocialização Suely Maria Mendonça (RO)

- › Foi informado que em cada comarca há um estabelecimento adaptado para mulheres e que todas as grávidas do Estado vêm para o estabelecimento visitado.
- › A Defensoria Pública atende 2 vezes por semana às segundas e quintas-feiras.
- › No estado os Juízes estão determinando a internação de pacientes judiciários forenses por tempo indeterminado.
- › O Juiz da Vara de Execuções Penais informou que o CNIEP (Geopresídios) está somando o número de estrangeiros ao total de presos já computados.
- › A vara da Infância e Juventude é que indica o destino das crianças quando termina o período de amamentação.
- › Foi informada a existência de tratativas para estabelecer no complexo penal atendimento médico de média complexidade.
- › O Juiz da VEP e a Juíza da Vara da Infância e Juventude estão estabelecendo fluxo de cuidado com as crianças.
- › Recomendação de encaminhar a relação de presas com processos sem movimentação ao GMF.
- › ACUDA - ONG que atua em trabalho de ressocialização.

Cadeia Pública Feminina de Boa Vista (RR)

- › A unidade conta com psicólogo e assistente do SEJUC que não vêm com regularidade.
- › 1 vez por semana há atendimento do clínico geral e, de 15 em 15 dias, do psiquiatra contratados pelo SEJUC. Não são do quadro.
- › Não há preferência para as presas grávidas no atendimento médico na rede pública.
- › Existia uma “Ala - Mãe” no estabelecimento há alguns anos, mas foi destruída.
- › O nome atual da unidade não consta da documentação oficial. Continua sendo representada como Penitenciária Feminina.
- › Há um suporte da junta médica do TJ.
- › Todas as presas tem o cartão do SUS.
- › As mulheres grávidas são colocadas em prisão domiciliar.
- › Há termo de cooperação técnica entre o Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude e VEP.
- › Há 3 anos não há crianças no sistema prisional, quando havia costumavam ficar até 6 meses.
- › Os presos do Estado estão em Boa Vista, exceto uns 40 que se encontram em uma outra cidade.
- › Também foi relatado que algumas mães não querem registrar o filho sem o nome do pai.
- › Normalmente o Conselho Tutelar é o primeiro a ser acionado. No caso de ser necessário o acolhimento da criança, o Juiz da Infância tem que autorizar a permanência e o acolhimento da criança.
- › Somente tem UBS na penitenciária masculina, nessa unidade não há.
- › Não se habilitaram para receber a biblioteca do MEC pelo termo de cooperação técnica firmado com o CNJ.
- › No Geopresídio consta que não há trabalho interno, mas a direção diz que há.
- › Não há calendário fixo para atendimento das internas pela Defensoria Pública. A presença da Defensoria Pública é esporádica.

Penitenciária Feminina Madre Pelletier (RS)

- › Há grávidas em outras unidades do interior do Estado (Lajeado, Torres, Porto Alegre e Guaíba).
- › A direção informou que os filhos das presas que estão fora do estabelecimento, até 5 anos de idade, são atendidos pelo programa Primeira Infância Melhor (Programa Brasil Carinhoso).
- › O estabelecimento é a porta de entrada da mulher no sistema (até as audiências de custódia das mulheres são realizadas no estabelecimento).
- › Em relação ao HC julgado pela 2ª Turma do STF houve 60 deferimentos de prisão domiciliar e 92 indeferimentos fundamentados.
- › Recomendação de comunicação ao GMF da existência de presas com o processo sem movimentação.
- › As pacientes judiciárias estão custodiadas no IPF.
- › A equipe psicossocial realiza trabalho de documentação e com a questão do vínculo familiar.

- › É expedido relatório do psicossocial quando a juíza solicita.
- › O contato entre direção da unidade, VEC e Juizado da Infância e da Juventude é realizado apenas no momento do desligamento da criança do estabelecimento.
- › As crianças são registradas no cartório da Maternidade.
- › A diretora esclareceu que uma Comissão em 2010 definiu em um ano a idade limite de permanência das crianças nos estabelecimentos prisionais.
- › Preferencialmente, os partos são realizados no Hospital Presidente Vargas (HPV), no Hospital Nossa Senhora da Conceição e no Fêmina. Mas se a interna estiver vinculada no pré-natal a outra maternidade, ela é encaminhada para o hospital ao qual esteja vinculada.
- › O estabelecimento é dotado de uma Unidade Materno-Infantil, dividido em duas Alas: Uma Ala com grávidas de até 7 meses, e outra a partir de 7 meses.
- › A Mulher sai algemada para consultas, porém não para o parto.
- › A diretora é Assistente Social da SUSEPE - Superintendência de Serviços Penitenciários.
- › A juíza da VEP justificou a manutenção de uma criança de mais de um ano na unidade em razão de “o quadro Social não haver permitido a saída da criança”.

Complexo Penal Feminino João Chaves (RN)

- › A unidade está cadastrada no CNIEP do CNJ como um complexo único para presos homens e mulheres, Complexo Penal João Chaves. Mas a unidade feminina é distinta e separada da masculina.
- › Havia um aspecto geral de desumanização e descaracterização da condição feminina no tratamento penitenciário dispensado às mulheres presas no estabelecimento.
- › Não há gestantes ou lactantes e o local identificado como berçário, tem dois berços, não tem ventilação e estava ocupado por diversas presas, em superlotação.
- › As gestantes e as lactantes da unidade são colocadas em prisão domiciliar.
- › A assistência médica é precária e quase inexistente, em um ambiente sem estrutura, com teia de aranha nas janelas e onde haviam diversos bilhetes solicitando remédios controlados e algumas receitas prescrevendo estes remédios no consultório que estava vazio no momento da visita.
- › Sistema usado pela unidade prisional, foi cedido pelo sistema do Distrito Federal – SIAPEN. O sistema não possui filtro para identificar presas grávidas, mas possui atalho direto para consulta processual da presa.
- › 40 internas usam remédio controlado.
- › No Complexo ao qual está vinculado o estabelecimento há unidade psiquiátrica.
- › As enfermeiras aposentaram há 3 meses.
- › O médico clínico atende na unidade uma vez por semana.
- › Há denúncia da Comissão sobre Tortura (junto com a OAB e a Comissão de Direitos Humanos) quanto à medicação das internas com psicotrópicos em excesso. Durante a visita, verificamos na sala destinada às consultas médicas vários bilhetes com a relação dos nomes das internas com a indicação da medicação a ser prescrita. O juiz corregedor do estabelecimento informou haver recebido denúncia de corrupção no atendimento médico.

- › Há 2 pacientes judiciárias devolvidas pelo hospital psiquiátrico.
- › Há 4 agentes masculinos
- › O Estado não fornece produtos de cuidado feminino.
- › Foi noticiada a existência do Projeto Transforme-se, voltado para o trabalho com artesanato dentro das celas.
- › A prisão domiciliar dura de 7 a 8 meses.

Penitenciária Feminina da Capital (SP)

- › O Secretário de Administração Penitenciária informou que foi feita a regionalização das prisões femininas e que houve redução na população de mulheres encarceradas.
- › As crianças nascidas das mulheres privadas de liberdade são encaminhadas para os parentes sem a guarda legal
- › Durante conversa inicial na Diretoria da unidade, foi relatado que haviam 43 crianças, 42 registradas e 1 não registrada. Após a visita, foi constatado que 14 crianças estavam sem registro.
- › Foi informada a existência de scanner corporal em todas as unidades do Estado.
- › A direção informou que, em casos de abrigamento das crianças, que são raríssimos, as instituições levam as crianças para visitar a mãe naquela unidade.
- › A ONG “Casa Assistencial do Amor e Misericórdia - Obreiros” possui voluntários que trabalham na Unidade Materno Infantil.
- › A diretora informou não ser possível acessar os prontuários das mulheres oriundas de outra prisão porque só recebe uma cópia do prontuário de saúde. Por esta razão, durante o tempo em que estão na unidade materno-infantil, as grávidas e lactantes não são levadas para audiências e não têm monitoradas as respectivas situações jurídicas e de prazo para obtenção de benefícios.
- › A Defensoria Pública comparece na unidade apenas 1 vez por mês.

Penitenciária Feminina de Santana (SP)

- › Não há nenhuma criança na unidade. Quando ocorre o parto, as mulheres são transferidas com a criança para a penitenciária da capital.
- › Durante a visita, estava acontecendo a primeira sessão de atendimento a todas as gestantes, à exceção de uma que estava na galeria, por um projeto em fase de teste realizado por um grupo de alunos do SENAC. O Projeto se chama Cuidando dos Pés e Promovendo a Saúde – Reflexologia.
- › Há 32 oficinas sendo ofertadas na unidade.
- › 60% das presas trabalham em oficinas existentes na unidade, recebendo um salário mínimo, de acordo com o diretor.
- › O estabelecimento é destinado para cumprimento de pena em regime fechado. As presas provisórias existentes na unidade estão em trânsito para o hospital.

Penitenciária Feminina Dra. Marina Cardoso de Oliveira do Butantan (SP)

- › Estabelecimento somente com condenadas em regime semiaberto.
- › Nessa unidade a direção recebe o prontuário de presa transferida, de forma diferente do que acontece na Penitenciária Feminina da Capital.
- › A partir do 4º mês de idade do lactente já começa o contato com a família da mãe para providenciar a saída da criança do estabelecimento penal.
- › Faz-se o registro da criança imediatamente após o nascimento e inclui o nome do pai depois, para as crianças terem o atendimento médico e as vacinas necessárias.
- › As crianças ficam na unidade até 6 meses
- › O atendimento com pediatra e vacinação são realizados na Unidade Básica de Saúde (UBS).
- › A médica, a depender da necessidade, encaminha as mulheres para uma ONG com intuito de fazer outros exames não disponíveis na unidade prisional.
- › Raramente a Defensoria Pública aparece no estabelecimento.
- › Não há nutricionista.

Centro de Reeducação Feminino (PB)

- › Não há presos em delegacias e cada presídio feminino tem seu espaço para grávidas e lactantes, segundo informado pela direção do estabelecimento.
- › Há 112 presas provisórias, 114 sentenciadas no regime fechado, 49 no semiaberto e 30 no aberto.
- › Quando a mulher informa que está grávida, é separada das demais presas.
- › Foi informado que a atuação da Defensoria é referência na PB (foi, inclusive, realizado novo concurso recentemente). 4 Defensores comparecem em 4 manhãs no estabelecimento.
- › Foi anunciado estar em fase de implantação o Malote Digital para as penitenciárias.
- › O SISDEPEN é o sistema usado pela Secretaria de Administração Penitenciária.
- › Há berços e cadeiras de amamentação fornecidos pelo DEPEN.
- › Algumas presas trabalham no “Castelo de Bonecas” - oficina resultante de um projeto no qual são capacitadas para realizar a confecção de bonecos de pano de diversas espécies e finalidades, com qualidade muito apurada. 50% do produto da venda é pago às mulheres produtoras e 50% vai para a aquisição de material para novos trabalhos.
- › O médico é exclusivo do estabelecimento.
- › Não tem ginecologista.
- › Tem um dentista, mas não tem técnico para auxiliá-lo. Ele trabalha junto com estagiários.
- › 1 agente masculino acompanha o banho de sol.
- › O Berçário foi reformado em parceria com o TJ.
- › Quando há crianças elas ficam até os 6 meses.

Presídio Feminino Santa Luzia (AL)

- › Já foi implantado o Cadastro Biométrico Unificado no sistema prisional e haverá a migração dos dados biometrizados de todos os presos para o BNMP 2.0.
- › Há carência de 1 médico ginecologista e de pediatra. Os partos são realizados no hospital público.
- › Há 1 enfermeira e 1 assistente social.
- › Não são usadas algemas durante parto.
- › A Secretaria de Ressocialização SERES é quem tem cuidado da saúde do sistema prisional, que na data da visita tinha um total geral de 4515 reeducandos.
- › No dia da visita havia 227 mulheres na unidade.
- › Não é realizado um número maior de consultas no hospital universitário que fica próximo pela ausência de escolta.
- › Todas as presas do Estado de Alagoas são encaminhadas para o estabelecimento visitado, que atende aos parâmetros do DEPEN, com Unidade Materno Infantil e Unidade Básica de Saúde.
- › Há 4 gestantes, 4 lactantes, 5 crianças (2 gêmeas).
- › As crianças ficam até 6 meses quando têm vínculo familiar externo. Quando não há ficam até 12 meses. Já saem da maternidade com o registro de nascimento.
- › Os juízes da Vara da Infância e Juventude não são comunicados do nascimento das crianças.
- › A equipe psicossocial faz contato e providencia a aproximação da família da presa quando a criança nasce.
- › Há 5 agentes femininas por equipe de plantão.
- › A unidade foi inaugurada há 03 anos.
- › O pré-natal é realizado no complexo penal.
- › Há um médico que também é reeducando, atende na unidade e recebe remição.

Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (MG)

- › A unidade destina-se exclusivamente à custódia de presas grávidas e lactantes e não possui grades separando os alojamentos coletivos, privilegiando a convivência entre mães e filhos lactantes.
- › O estabelecimento concentra as presas grávidas e lactantes de todo o Estado.
- › A concentração dificulta o contato das mulheres com suas famílias e seus outros filhos, em função do tamanho do Estado.
- › Não tem médico de qualquer especialidade. Algumas mulheres se queixaram da falta de atendimento médico para si e para seus filhos.
- › Havia 31 crianças no dia da visita.

Penitenciária Feminina do Paraná (PR)

- › O juiz da Vara de Execuções Penais esteve no estabelecimento pela última vez em 31.08.2016.
- › Há mais de 1 ano a consulta de pediatria é realizada fora e a mãe não pode acompanhar seu filho por falta de escolta (alega-se que não há efetivo). Uma enfermeira acompanha a criança.
- › O Estado do Paraná entrega o kit de higiene com absorvente às presas.
- › A alimentação é fornecida por empresa terceirizada e tem acompanhamento de nutricionista.
- › São realizados mutirões mensais pelo GMF, por vezes não presenciais, mas à distância, por meio dos processos eletrônicos.
- › Há 800 mulheres custodiadas no sistema penitenciário e 600 mulheres em delegacias no Estado.
- › As grávidas e lactantes de todo o Estado ficam na unidade visitada.
- › Com 32 semanas de gestação as grávidas são encaminhadas para o Complexo Médico Penal, só retornando depois do parto, diretamente do hospital.
- › As mulheres em cumprimento de medida de segurança ficam no Complexo Médico Penal.
- › Há 8 agentes homens.
- › As gestantes e lactantes ficam numa cela separada e durante o dia vão para a Unidade Materno Infantil, mas dormem com as crianças nas celas.
- › A Unidade Materno Infantil fica na área externa na entrada do estabelecimento e é o Centro Social Marista – Estação Casa, dirigido e mantida pela Rede Marista de Solidariedade, do Grupo Marista, como resultado de um termo de cooperação técnica entre A Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.
- › Houve época em que haviam crianças de 6 e 7 anos no estabelecimento, segundo informação da diretora.
- › Recomendação de encaminhamento da relação das presas cujos processos estejam paralisados para o GMF.
- › A penitenciária não está com acesso ao processo de proteção da criança.
- › O Juízo da Infância e Juventude é informado do nascimento das crianças. A partir daí, os profissionais da Vara e da Estação Casa, do Grupo Marista, trabalham com a família para a entrega do bebê até o 6º mês.



